

Itaú fundo
multipatrocinado



Relatório Anual Completo 2017

Plano de Aposentadoria **Stora Enso Prev**

CNPB: 2007.0017-56

I - Resumo

1. Mensagem da Diretoria Executiva	3
2. Saiba mais sobre a Patrocinadora	4
3. Saiba mais sobre o Plano	5
4. Situação Patrimonial	6
a. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano	6
b. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do Plano	7
5. Opinião sobre os resultados	8
a. Parecer da Auditoria Externa	8
b. Parecer Atuarial do Plano	8
6. Informa�es sobre Investimentos	9
a. Comentários sobre 2017 e perspectivas para 2018	9
b. Rentabilidade do Plano	11
c. Políticas de Investimento	11
d. �ndice de Referência do Plano	11
e. Faixas de Aloca�o de Recursos do Plano	12
f. Aloca�o por Gestor do Plano	13
g. Auditoria dos Investimentos	13
7. Informa�es sobre Despesas Do Plano	14
8. Principais Altera�es do Plano	15
9. Composi�o do Conselho	16
10. Glossário	17

II - Demonstra es Contábeis

1. Balanço Patrimonial	18
2. Demonstr�o da Muta�o do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada	19
3. Demonstr�o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada	20
4. Demonstr�o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano	21
5. Demonstr�o da Muta�o do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano	22
6. Demonstr�o do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano	23
7. Demonstr�o das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano	24
8. Notas Explicativas	25
9. Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstra�es Contábeis	60

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	61
2. Políticas de Investimentos – Do Plano	67
3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	71
4. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano	79

IV - Outras Informa es

1. Parecer Atuarial	80
2. Parecer do Conselho Fiscal	85

I - Resumo

1. Mensagem da Diretoria Executiva

O mercado brasileiro apresentou uma recuperação em 2017, a inflação recuou fechando o ano com índice abaixo da meta apontando para 2018 um cenário de melhoria e confiança na economia.

As Entidades de Previdência Complementar tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia brasileira visto que administram cerca de 12% do PIB.

Em linha com os pilares de gestão e governança da Entidade - prestação de contas/equidade e transparência - após o fechamento de mais um ano, apresentamos o Relatório Anual 2017 com dados institucionais do balanço e do perfil dos participantes e assistidos. Nele você também terá as demonstrações contábeis da Entidade entre muitos outros documentos pertinentes à gestão do seu plano.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

2. Saiba mais sobre a Patrocinadora

Caro Participante!

O Relatório Anual do Itaú Fundo Multipatrocinado reúne os principais documentos e informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano e analisar a Entidade sob os seguintes aspectos:

- Posição Patrimonial e Financeira;
- Despesas administrativas;
- Resultado dos investimentos em 2017;
- Política de investimentos para 2018;
- Alterações realizadas em seu plano em 2017;
- Situação atuarial.

Este Relatório Anual está em linha com os princípios do Itaú Fundo Multipatrocinado, retratando a transparência, governança corporativa e seriedade que orientam todas as ações da Entidade.

Em caso de dúvidas, consulte a Entidade, por meio dos canais de comunicação disponibilizados a você. Teremos o maior prazer em ajudar.

Itaú Fundo Multipatrocinado

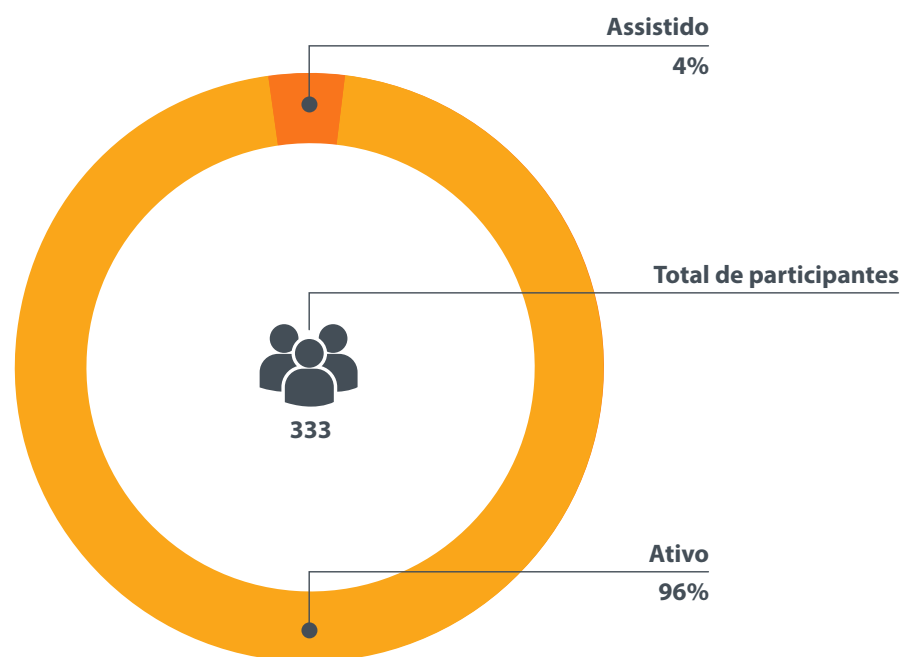
O IFM – Itaú Fundo Multipatrocinado é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em dezembro de 1993 que administra os planos de previdência complementar contratados pelas empresas que desejam oferecer esse benefício aos seus colaboradores.

O IFM possui uma gestão altamente responsável que aplica as boas práticas de governança, como transparência, prestação de contas e integridade.

Atualmente o IFM é composto por:

- 32 planos
- 40.667 participantes
- Patrimônio total de R\$ 2,6 bilhões

PARTICIPANTES DO PLANO



PATRIMÔNIO



PAGAMENTOS EM 2017



4. Situação Patrimonial

A. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Para acompanhamento da situação patrimonial e financeira do seu plano de benefícios, é importante analisar os dados de, pelo menos, dois documentos contábeis elaborados anualmente.

Veja, a seguir, os principais números de 2017 comparados aos resultados do exercício anterior:

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Apresenta a posição financeira das contas que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social do plano. O ativo líquido é o montante que o plano possui para cumprir com os pagamentos de benefícios atuais e futuros.

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017
1. ATIVOS	25.290
Disponível	6
Recebível	17
Investimentos	25.267
Fundos de Investimento	25.267
2. OBRIGAÇÕES	12
Operacional	12
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17
Administrativo	17
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	25.261
Provisões Matemáticas	25.749
Superávit/Déficit Técnico	(506)
Fundos Previdenciais	18
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	
a) Equilíbrio Técnico	(506)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(506)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4. Situação Patrimonial

B. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	-
1. ADIÇÕES	1.230
(+) Contribuições	467
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	763
2. DESTINAÇÕES	(628)
(-) Benefícios	(555)
(-) Custeio Administrativo	(73)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	602
(+/-) Provisões Matemáticas	353
(+/-) Fundos Previdenciais	(38)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	287
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	24.659
(+/-) Operações Transitórias	24.659
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	25.261
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(11)
(+/-) Fundos Administrativos	(11)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5. Opinião sobre os resultados

A. PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Em 26 de março 2018, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emitiu seu parecer sobre as demonstrações do Itaú Fundo Multipatrocinado, no qual atesta que “as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Itaú Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).”

B. PARECER ATUARIAL DO PLANO

Em 16 de fevereiro de 2018, a Lockton Consultoria, consultoria responsável pela avaliação atuarial do PLANO DE APOSENTADORIA STORA ENSO PREV, apresentou a seguinte conclusão:

“Na qualidade de Atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM, certificamos que no momento desta Avaliação Atuarial o Plano encontra-se financeiramente deficitário. O déficit encontra-se acima do limite previsto na legislação, sendo previsto um plano de equacionamento por meio das Contribuições Extraordinárias demonstradas neste Parecer Atuarial. É necessário que as Patrocinadoras efetuem as contribuições indicadas no Plano de custeio para fins de manutenção do equilíbrio do Plano.”

6. Informações sobre investimentos

A. COMENTÁRIOS SOBRE 2017 E PERSPECTIVAS PARA 2018

O ano de 2017 foi marcado por importantes avanços institucionais, com destaque para a aprovação da reforma trabalhista e a criação da TLP (Taxa de Longo Prazo, que gradualmente substituirá a TJLP). Contudo, o Congresso encerrou o ano legislativo sem votar o principal item da agenda do governo: a reforma da previdência. A necessidade de reorganizar a base aliada e de ampliar o apoio da sociedade à reforma levaram o governo e suas lideranças na Câmara dos Deputados a adiarem as discussões formais e a agendarem para 2018 a votação da reforma da previdência. Outro tema que ficou a ser endereçado para 2018 é a aprovação das medidas fiscais necessárias para o cumprimento da meta fiscal, tais como o adiamento do reajuste salarial, o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos e a reoneração da folha de pagamentos.

A retomada da economia segue gradual, com sinais de arrefecimento nos últimos meses. De fato, após registrar expansão de 0,7% no 2º trimestre ante o 1º trimestre (na série com ajuste sazonal), o PIB teve alta marginal de 0,1% no 3º trimestre de 2017. Sua composição, no entanto, foi favorável, mostrando crescimento robusto do consumo das famílias e a primeira variação positiva dos investimentos em 15 trimestres. Por outro lado, houve contribuição negativa do consumo do governo, das exportações líquidas e da variação dos estoques. Apesar do enfraquecimento do ritmo de expansão da atividade no 2º semestre de 2017, mantemos nossa projeção de crescimento de 3,0% para o PIB de 2018. Os efeitos defasados dos estímulos monetários implementados nos últimos trimestres, a alta continuada da confiança dos agentes econômicos e a desalavancagem verificada no balanço das famílias indicam que a atividade voltará a ganhar tração.

A inflação, por seu turno, continua surpreendendo para baixo. A forte desaceleração da inflação ao consumidor reflete não apenas a queda observada nos preços dos alimentos, mas também o efeito deflacionário da elevada ociosidade existente na economia sobre os preços dos serviços e bens industriais. As medidas de núcleo de inflação seguem rodando em níveis confortáveis e as taxas anualizadas seguem abaixo do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2017 com alta de 2,95%, ligeiramente abaixo do intervalo inferior (3,0%) da meta estipulada para o ano (4,5%). A aceleração do ritmo de crescimento não deverá gerar pressões inflacionárias significativas no curto prazo. A manutenção de um ambiente econômico com altas taxas de desemprego e baixa utilização da capacidade instalada na indústria e a propagação da inércia da inflação atipicamente baixa

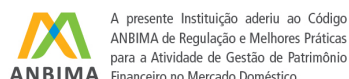
em 2017 indicam que o IPCA permanecerá abaixo de 4,0% em 2018, um nível bastante confortável frente à meta de 4,5% estabelecida pelo CMN. O principal risco para a não ocorrência de um cenário benigno para a inflação em 2018 seria uma depreciação cambial acentuada, que poderia se materializar em um cenário externo mais adverso para economias emergentes e em meio a turbulências associadas à elevada incerteza eleitoral.

Em meio a um ambiente de recuperação gradual da atividade, elevada ociosidade nos mercados de bens e fatores de produção, inflação baixa e expectativas ancoradas, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou uma redução de 50 pontos base na taxa Selic em sua última reunião em 2017, levando-a para 7,0%a.a. Tivemos mais duas reduções de 25 pontos base no início de 2018, atingindo a taxa de 6,5%a.a., um novo mínimo histórico. Em seguida, projetamos que o Copom manterá a taxa Selic em sua mínima histórica ao menos até 2019.

Tratando sobre o cenário internacional, em dezembro de 2017, recebemos notícias importantes em várias esferas. Primeiro, a reforma tributária foi aprovada no Senado e no Plenário americanos. Conforme já enfatizado por nós, a redução dos impostos das empresas, bem como dos impostos de rendas pessoais, introduzem um risco para cima no crescimento e, devido ao estágio avançado do ciclo atual, risco de inflação em 2018 e 2019.

No entanto, embora o FED (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos) tenha reconhecido a incorporação dos impactos da reforma fiscal nos “dots”, que consistem no caminho mais provável da política monetária de cada um dos membros do FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto), a projeção média da taxa do Fed Fund não mudou para 2018.

Projetamos três altas de juros em 2018 e quatro em 2019. De acordo com nosso ponto de vista, a inflação começará a se fortalecer à medida que a folga no mercado de trabalho continuar diminuindo, podendo até mesmo chegar perto do zero a partir de agora. É verdade que os números recentes da inflação e dos salários continuaram surpreendendo negativamente, mas os dados da atividade permanecem sólidos e, portanto, a inflação deve acelerar nos próximos meses.



A presente Instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para a Atividade de Gestão de Patrimônio Financeiro no Mercado Doméstico.

O comentário econômico é uma publicação da Itaú Asset Management. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes. As informações contidas nessa publicação foram produzidas dentro das condições atuais de mercado e da conjuntura e refletem uma interpretação do Itaú Unibanco, podendo ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. Esta publicação possui caráter meramente informativo e não reflete oferta ou recomendação de investimento de nenhum produto específico. Para análise de produtos específicos oferecidos pelo Itaú Unibanco, consulte seu gerente para maior detalhamento e informações completas acerca de suas peculiaridades e riscos. O Itaú Unibanco não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nos dados aqui divulgados.

6. Informações sobre investimentos

Em termos de Europa, a reunião do BCE (Banco Central Europeu) não trouxe muitas novidades e continuamos acompanhando a inflação para compreender se haverá um passo a mais no afinilamento gradual de seu programa de compra de ativos.

Em linha com o cenário do BCE, os dados mais recentes de atividades continuam robustos e mais altos do que foi considerado seu crescimento potencial. Apenas a título de exemplo, o PMI (Índice dos Gerentes de Compras) composto, está em seu nível mais alto desde 2010.

Na China as últimas notícias continuam discutindo o equilíbrio entre priorizar a desalavancagem em relação ao apoio ao crescimento. O crescimento de alta qualidade foi reconhecido como o principal tópico do verdadeiro desenvolvimento econômico, passando a mesma mensagem do Congresso do Partido. Além disso, foram destacadas as tarefas para 2018, que incluem controlar a taxa de macroalavancagem, visar à redução da pobreza e prevenir a poluição.

Acreditamos que o governo chinês permitirá a ampliação do crédito desacelerar na margem, conforme vem ocorrendo, o que resultaria em um crescimento menor. Devido a esses argumentos, nossa previsão de crescimento na China em 2018 é de 6,3%.

É importante pontuar que começamos 2018 com China, EUA e Europa operando (e espera-se que continuem assim) com taxas de alto crescimento, iguais ou acima das taxas potenciais. Assim, os impulsionadores do crescimento virão das principais regiões, o que pode colocar a política monetária em uma posição mais restrita do que a esperada.

Acreditamos que esse movimento de aceleração da economia não deverá ser acompanhado de pressões inflacionárias fortes o suficiente para exigir uma resposta rápida por parte da autoridade monetária. Ao que tudo indica, nós superamos o momento mais benigno do ciclo do ponto de vista da inflação, sendo pouco razoável esperar que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continue a registrar inflação abaixo de 3,0% nos trimestres vindouros. Dito isso, entendemos que o processo de convergência para a meta de inflação será mais lento do que o esperado pelo BCB e pelo mercado de uma maneira geral. Em nosso cenário base, trabalhamos com altas de 3,3% e 3,7% para o IPCA no final de 2018 e de 2019. A perspectiva para os juros prefixados em 2018 é, após as duas reduções de 25 pontos base, de uma estabilidade prolongada no nível de 6,5% a.a., representando um nível inferior à precificação do mercado. Para inflação e juros reais, os preços dos alimentos, da eletricidade e dos serviços devem contribuir para resultados mais baixos do IPCA em 2018 em comparação às projeções feitas há alguns meses. Isso reduz temporariamente a atratividade da classe de ativos Índice de Preços, ainda que os juros reais possam recuar ao longo de 2018. Em relação ao câmbio, a perspectiva é de ingresso de recursos estrangeiros no país no médio prazo, contudo, o cenário internacional e as perspectivas para as contas públicas podem trazer oscilações. Por fim, as perspectivas para ações são positivas, pois cresceu a confiança nas previsões de aceleração dos lucros

das companhias brasileiras, as receitas do setor de consumo têm potencial de surpresa positiva, há sinais de maior apetite dos investidores dedicados pela classe de ativos (domésticos e estrangeiros).

I - Resumo

6. Informações sobre investimentos

B. RENTABILIDADE DO PLANO

Rentabilidade Bruta

Conservador

Rentabilidade Renda Fixa	Rentabilidade Renda Variável	Rentabilidade Investimento no Exterior	Rentabilidade Investimento Estruturado	Rentabilidade Carteira
-	-	-	-	9,96%

Moderado

Rentabilidade Renda Fixa	Rentabilidade Renda Variável	Rentabilidade Investimento no Exterior	Rentabilidade Investimento Estruturado	Rentabilidade Carteira
-	-	-	-	10,81%

Rentabilidade Líquida

Conservador	Moderado
9,17%	10,25%

A rentabilidade líquida é a mesma que corrige o saldo do participante e pode ser conferida no site de participante.

C. POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

As políticas de investimentos procuram refletir as características de cada plano e os interesses dos participantes, considerando a sua propensão a poupar e a sua aversão ao risco, veja a seguir breve descrição.

D. ÍNDICE DE REFERÊNCIA DO PLANO

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2018 A 12/2018				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
100,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00

I - Resumo

6. Informações sobre investimentos

E. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO PLANO

Conservador

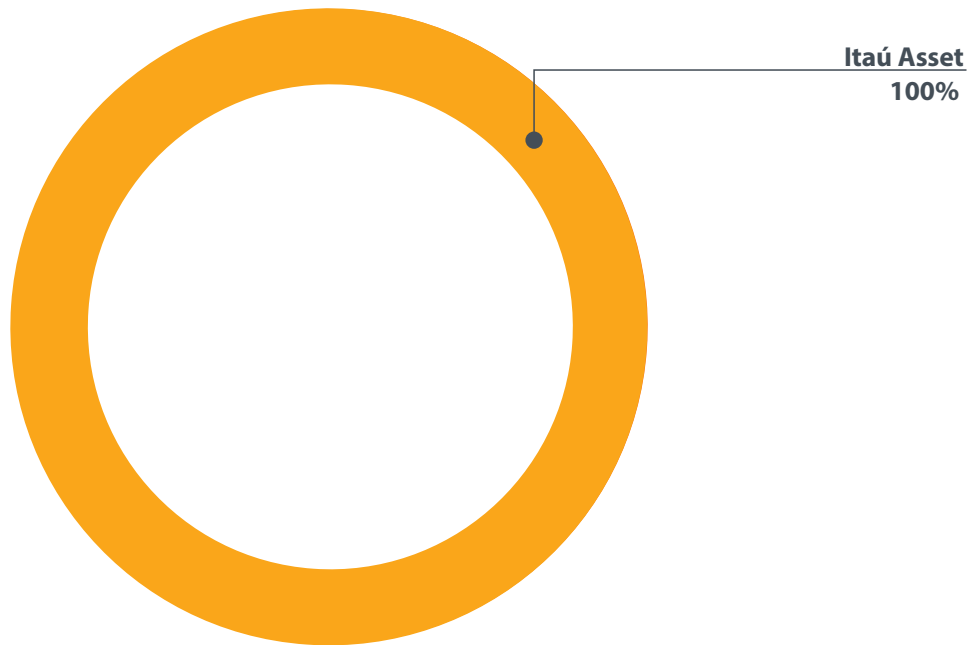
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	100%	100%	100%
Renda variável	0%	0%	70%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	0%	10%
Investimentos no exterior	0%	0%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

Moderado

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	90%	100%	100%
Renda variável	0%	10%	70%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	0%	10%
Investimentos no exterior	0%	0%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

6. Informações sobre investimentos

F. ALOCAÇÃO POR GESTOR DO PLANO



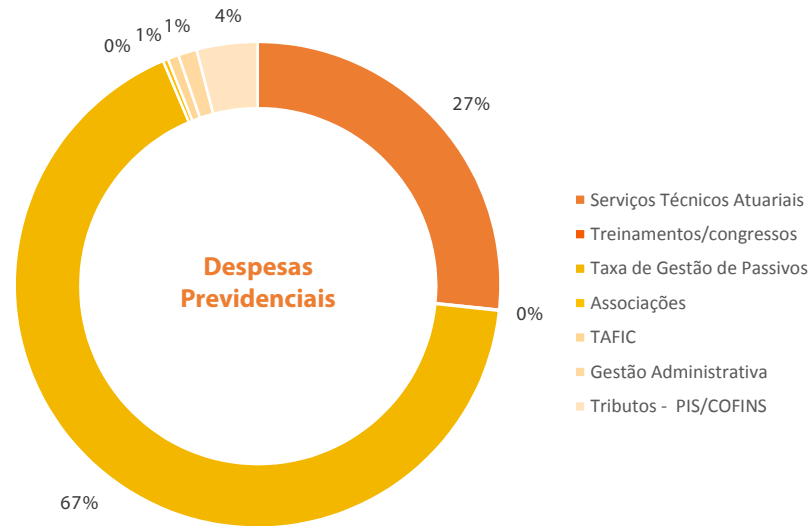
G. AUDITORIA DOS INVESTIMENTOS

Anualmente, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras é avaliada a aplicação dos recursos do Plano de Benefícios. Em 2017, foi realizada pela Pricewaterhouse Coopers.

7. Informações sobre Despesas do Plano

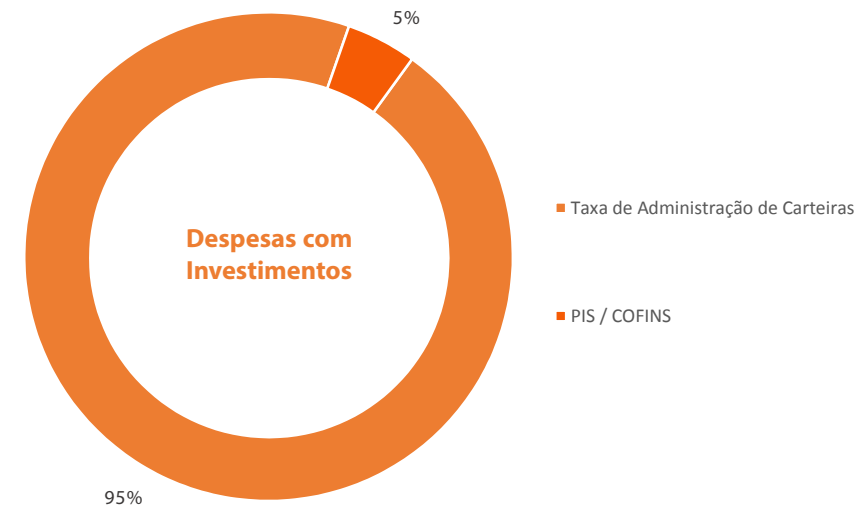
Despesas Administrativas

As despesas totais do Itaú Fundo Multipatrocinado com o Plano de Aposentadoria STORA ENSO PREV em 2017 foram de R\$ 154 mil conforme distribuição nos gráficos a seguir:



(Em Milhares de Reais)

DESPESAS PREVIDENCIAIS	
Despesa	2017
Serviços Técnicos Atuariais	22,56
Treinamentos/congressos	0,05
Taxa de Gestão de Passivos	56,65
Associações	0,29
TAFIC	0,63
Gestão Administrativa	1,05
Tributos - PIS/COFINS	3,42
Total Geral	84,65



(Em Milhares de Reais)

DESPESAS COM INVESTIMENTOS	
Despesa	2017
Taxa de Administração de Carteiras	66,10
PIS / COFINS	3,22
Total Geral	69,32

8. Principais Alterações do Plano

- Aprovação pela Previc da Transferência de Gerenciamento do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev da Multipla para o Itaú Fundo Multipatrocinado, e aprovação da alteração do Regulamento do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, através da Portaria nº 659, publicado no DOU de 26/06/2017.

9. Composição do Conselho

CONSELHO DELIBERATIVO	
CARGO	NOME
PRESIDENTE EFETIVO	CLAUDIO CÉSAR SANCHES
PRESIDENTE SUPLENTE	FERNANDO MATTAR BEYRUTI
CONSELHEIRO EFETIVO	ARNALDO CESAR SERIGHELLI
CONSELHEIRO SUPLENTE	FERNANDO BARCANTE TOSTES MALTA
CONSELHEIRO EFETIVO	FLÁVIO DA SILVA PIRES
CONSELHEIRO SUPLENTE	PEDRO GABRIEL BOAINAIN
CONSELHEIRO EFETIVO	VAGO
CONSELHEIRO SUPLENTE	VAGO
CONSELHEIRO EFETIVO	LUIS ANTONIO VALENTE
CONSELHEIRO SUPLENTE	IGOR JURGEN FERREIRA GLASER
CONSELHEIRO EFETIVO	ROBERTO SANTIAGO TAKATSU
CONSELHEIRO SUPLENTE	MASAAKI ITAKURA
CONSELHEIRO EFETIVO	RAFAEL AMARAL CUNHA
CONSELHEIRO SUPLENTE	ANA CLAUDIA GONÇALVES AKAMATSU
CONSELHEIRO EFETIVO	PATRICIA CARVALHO DO ROSARIO
CONSELHEIRO SUPLENTE	PAMELLA TALITA MARCO MAXIMIANO
CONSELHEIRO EFETIVO	WILISSON RIBEIRO
CONSELHEIRO SUPLENTE	CAMILO GOMES DE ALMEIDA LACERDA

CONSELHO FISCAL	
CARGO	NOME
PRESIDENTE EFETIVO	BRUNO JUCA FREESE DE CARVALHO
PRESIDENTE SUPLENTE	MARCELO CARVALHAES
CONSELHEIRO EFETIVO	TATIANA RODRIGUES DE QUEIROZ
CONSELHEIRO SUPLENTE	RODRIGO BERGAME UENO
CONSELHEIRO EFETIVO	BRUNO PEREIRA CACCIA GOUVEIA
CONSELHEIRO SUPLENTE	MARLENE CARTIANO FERNANDES

DIRETORIA EXECUTIVA	
CARGO	NOME
DIRETOR SUPERINTENDENTE	REGINALDO JOSÉ CAMILO
DIRETOR	ARNALDO ALVES DOS SANTOS
DIRETOR	RENATO CESAR MANSUR
DIRETOR	NELSON GONÇALVES JUNIOR

10. Glossário

Chegou a hora de analisar os documentos referentes ao ano de 2017 que comprovam a solidez do Itaú Fundo Multipatrocinado.

Porém, antes dessa análise, você não deve estar familiarizado com os termos **CONTIDOS** neste documento. Desta forma, preparamos este **Glossário** para lhe explicar o que significa cada um deles:

- o **Balço Patrimonial** apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros;
- a **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** apresenta a movimentação do patrimônio social da Entidade através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos;
- a **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)** apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos;
- a **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)** evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo;
- a **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)** revela a atividade administrativa da Entidade, apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir;
- a **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (DPGA)** apresenta a atividade administrativa da Entidade, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando a movimentação do fundo administrativo existente em cada plano;
- a **Demonstração das Provisões Técnicas (DPT)** evidencia a composição do patrimônio de cobertura do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando o detalhamento das provisões matemáticas e o equilíbrio técnico;
- o **Demonstrativo de Investimentos (DI)** revela a alocação de recursos da Entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da Entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação;
- o **fundo** significa o ativo administrado pela Entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos;
- a **meta atuarial** é uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da Entidade possam ser cumpridos;
- o **parecer atuarial** é um relatório preparado por um estatístico especializado em seguros e previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência que estiver analisando. Seu objetivo é avaliar a saúde financeira da Entidade para poder honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros;
- o **participante** é a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a definição exata de participante e também a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano;
- a **patrocinadora** é a empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras;
- a **política de investimentos** é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações, como: 1) critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável etc.; 2) objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação; 3) limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica; 4) limites utilizados para a realização de operações com derivativos e 5) avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazos, entre outras coisas. Estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo. Neste relatório anual, você terá a oportunidade de ver o resumo da política de investimentos.

Todos os documentos que você analisará a seguir já foram encaminhados para o controle e a verificação da Previc, que tem como uma de suas principais missões proteger os interesses dos participantes.

II - Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Disponível	1.584	2.581
Realizável	2.630.989	2.319.574
Gestão Previdencial (nota 5)	10.538	11.815
Gestão Administrativa (nota 5)	3.243	2.770
Investimentos (nota 6)	2.617.208	2.304.989
Títulos Públicos	227.684	224.138
Fundos de Investimento	2.388.759	2.080.142
Empréstimos e Financiamentos	765	709
TOTAL DO ATIVO	2.632.573	2.322.155

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
Exigível Operacional (nota 7)	4.905	5.505
Gestão Previdencial	3.598	4.321
Gestão Administrativa	1.306	1.176
Investimentos	1	8
Exigível Contingencial (nota 8)	2.728	2.506
Gestão Administrativa	2.728	2.506
Patrimônio Social	2.624.940	2.314.144
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.563.910	2.260.243
Provisões Matemáticas (nota 9)	2.566.764	2.257.750
Benefícios Concedidos	593.592	507.348
Benefícios a Conceder	1.977.371	1.755.195
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.199)	(4.793)
Equilíbrio Técnico (nota 10)	(2.854)	2.493
Resultados Realizados	(2.854)	2.493
Superávit Técnico Acumulado	-	2.493
(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.854)	-
Fundos (nota 11)	61.030	53.901
Fundos Previdenciais	54.574	46.642
Fundos Administrativos	6.456	7.259
TOTAL DO PASSIVO	2.632.573	2.322.155

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRI�O	31/12/2017	31/12/2016	Variacão (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.314.144	1.958.414	18
1. ADI�OES	449.927	517.439	(13)
(+) Contribui�es Previdenciais	160.106	167.022	(4)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	272.712	336.425	(19)
(+) Receitas Administrativas	16.429	12.822	28
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	680	1.170	(42)
2. DESTINA�OES	(163.810)	(161.709)	1
(-) Benefícios	(145.874)	(146.543)	-
(-) Despesas Administrativas	(17.936)	(15.165)	18
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-	(1)	(100)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	286.117	355.730	(20)
(+/-) Provisões Matemáticas	283.618	339.060	(16)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(639)	4.858	(113)
(+/-) Fundos Previdenciais	3.965	12.986	(69)
(+/-) Fundos Administrativos	(827)	(1.173)	(29)
(+/-) Fundos dos investimentos	-	(1)	(100)
4. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	24.679	-	100
(+/-) Opera�es Transitórias	24.679	-	100
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	2.624.940	2.314.144	13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

3. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.259	8.432	(14)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	17.109	13.992	22
1.1. RECEITAS	17.109	13.992	22
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.124	2.341	76
Custeio Administrativo dos Investimentos	12.242	10.447	17
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	680	1.170	(42)
Outras Receitas	63	34	85
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(17.936)	(15.165)	18
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(5.463)	(4.554)	20
Treinamentos/Congressos e seminários	(61)	(21)	190
Serviços de Terceiros	(4.682)	(3.966)	18
Despesas Gerais	(295)	(243)	21
Tributos	(425)	(324)	31
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(12.419)	(10.607)	17
Serviços de Terceiros	(11.848)	(10.121)	17
Tributos	(571)	(486)	17
2.4. OUTRAS DESPESAS	(54)	(4)	1.250
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(827)	(1.173)	(29)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(827)	(1.173)	(29)
8. Operações Transitórias	24	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	6.456	7.259	(11)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

4. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	143
1.1. RECEITAS	143
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	73
Custeio Administrativo dos Investimentos	69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(154)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(85)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(24)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(61)
Serviços de Terceiros	(56)
Despesas Gerais	(1)
Tributos	(4)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(69)
2.2.1. DESPESAS COMUNS	-
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(69)
Serviços de Terceiros	(66)
Tributos	(3)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(11)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(11)
8. Operações Transitórias	28
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	17

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

5. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRI�O	31/12/2017
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	-
1. ADI�OES	1.230
(+) Contribui�es	467
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	763
2. DESTINA�OES	(628)
(-) Benefícios	(555)
(-) Custeio Administrativo	(73)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	602
(+/-) Provisões Matemáticas	353
(+/-) Fundos Previdenciais	(38)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	287
4. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	24.659
(+/-) Opera�es Transitórias	24.659
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	25.261
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(11)
(+/-) Fundos Administrativos	(11)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

6. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017
1. ATIVOS	25.290
Disponível	6
Recebível	17
Investimentos	25.267
Fundos de Investimento	25.267
2. OBRIGAÇÕES	12
Operacional	12
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	17
Administrativo	17
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	25.261
Provisões Matemáticas	25.749
Superávit/Déficit Técnico	(506)
Fundos Previdenciais	18
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	
a) Equilíbrio Técnico	(506)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(506)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

7. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	25.273
1. Provisões Matemáticas	25.749
1.1 Benefícios Concedidos	9.485
Contribuição Definida	5.106
Benefício Definido	4.379
1.2 Benefícios a Conceder	16.716
Contribuição Definida	14.648
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	7.781
Saldo de Contas - Parcela Participantes	6.867
Benefício Definido	2.068
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(452)
(-) Déficit Equacionado	(452)
(-) Patrocinadores	(452)
2. Equilíbrio Técnico	(506)
2.1 Resultados Realizados	(506)
Déficit Técnico Acumulado	(506)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(506)
3. Fundos	18
3.1 Fundos Previdenciais	18
4. Exigível Operacional	12
4.1 Gestão Previdencial	12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO (IFM) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída em 10 de janeiro de 1995 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 06 de dezembro de 1994, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os recursos atualmente administrados pelo ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

Os registros contábeis dos ativos e passivos são segregados por plano de benefícios e por patrocinadora, observados os seguintes critérios:

- a) Os planos são criados e mantidos para atender aos empregados e administradores de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- b) As patrocinadoras concordam que seja atribuída exclusivamente aos bancos credenciados pela IFM a administração das carteiras de aplicações dos bens patrimoniais desta Entidade, sendo que o investimento da parcela do patrimônio correspondente aos seus planos é administrado pelo(s) banco(s) por ela expressamente indicado(s), dentre os credenciados, por escrito, e nas proporções por ela desejadas, nos termos da política de investimentos definida em comum acordo, observados os critérios e limites legais aplicáveis;
- c) As patrocinadoras, os participantes e beneficiários não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade, observada a legislação vigente; e
- d) São mantidos registros individuais para cada plano de previdência privada instituído pelas patrocinadoras. Esses registros contábeis são elaborados de acordo com as práticas de contabilidade mencionadas (Nota 3).

As demonstrações contábeis de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 26/03/2018.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tem como patrocinadoras dos planos as seguintes empresas:

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinadora(s)
AESPM	1997.0009-38	CV	Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing
Alstom	2006.0011-83	CD	Alstom Brasil Energia E Transporte Ltda.
Alstom Energia	2016.0004-65	CD	Alstom Energia Térmica e Indústria Ltda. Alstom Grid Energia Ltda. Arvos Brasil Equipamentos Ltda. GE Energias Renováveis Ltda.
Anbima	1995.0007-11	CV	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Azenprev	1994.0029-56	CV	Astrazeneca do Brasil Ltda.
Belocal	2006.0047-11	CD	Lhoist do Brasil Ltda. Mineração Belocal Ltda.
Campari Prev.	2001.0018-19	CV	Campari do Brasil Ltda.
Campari Suplementar	2001.0019-83	CV	Campari do Brasil Ltda.
CETIP ⁽⁸⁾	1999.0026-11	CV	Cetip S/A - Mercados Organizados
CIP	2007.0020-19	CV	Câmara Interbancária de Pagamentos
Cisper	2006.0038-11	CV	Cisper da Amazônia S/A
Cultura Inglesa ⁽⁵⁾	2010.0027-92	CD	Associação Cultura Inglesa – São Paulo
EmersonPrev	2010.0001-29	CV	Ascoval Indústria e Comércio Ltda Emerson Electric do Brasil Ltda Emerson Process Management Ltda Vertiv Tecnologia do Brasil Ltda.
Essilor	1993.0014-92	CV	Brasilor Participações Ltda. Essilor da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. Instituto Ver e Viver Multi Óptica Distribuidora Ltda.
FMC Química ⁽³⁾	2005.0058-11	CV	FMC Química do Brasil Ltda.
FMC Technologies	2008.0001-92	CV	FMC Technologies do Brasil Ltda.
JBT ⁽⁷⁾	2012.0014-83	CD	John Bean Technologies Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda.
McPrev	1993.0022-19	CV	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.
Mineração Descalvado	2006.0037-47	CV	Mineração Descalvado Ltda.
Mosaic I	2011.0021-92	CV	Fospar S/A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.
Mosaic II	2011.0022-65	CV	Fospar S/A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.
Munksjö ⁽²⁾	2009.0004-47	CD	Munksjö Brasil Indústria e Comércio de Papéis Especiais Ltda.
NitroPrev	2013.0005-29	CD	Companhia Nitro Química Brasileira
Owens	2006.0039-92	CV	Owens Illinois do Brasil Indústria e Comércio S/A
Prev Pisa	1995.0026-74	CV	Norke Skog Pisa Ltda
RTM	2001.0007-74	CV	Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda.
Schneider	2006.0040-11	CV	Schneider Electric Brasil Automação de Processos Ltda Schneider Electric Brasil Ltda. Schneider Electric Software Brasil Ltda.
South32 ⁽⁴⁾ ⁽⁶⁾	1994.0016-74	BD	South32 Minerals S.A
Stora Enso ⁽⁷⁾	2007.0017-56	CV	Stora Enso Arapoti Indústria de Papel S.A.
SWPREV	1997.0019-18	CV	Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. Swipco-Sherwin Williams Do Brasil Propriedade Intelectual Ltda.
Tokio Marine ⁽¹⁰⁾	2008.0012-29	CV	Tokio Marine Brasil Seguradora S/A
Vitoprev ⁽⁹⁾	2006.0045-65	CD	Vitopel do Brasil Ltda

⁽¹⁾ Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

⁽²⁾ Aprovação pela Previc da alteração do Regulamento e do nome do Plano de Benefícios Ahlstrom para Plano de Benefícios PrevMunksjo, através da Portaria nº 59, publicado no DOU de 31/01/2017.

⁽³⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Benefícios II FMC Química, através da Portaria nº 119, publicado no DOU de 10/02/2017.

⁽⁴⁾ Aprovação pela Previc da alteração do nome do Plano de Benefícios BHP Billiton para Plano de Benefícios South32, portaria 123, publicado no DOU de 16/02/2017.

⁽⁵⁾ Aprovação pela Previc da alteração do Regulamento do Plano de Aposentadoria Cultura Inglesa, através da Portaria nº 162, publicado no DOU de 20/02/2017.

⁽⁶⁾ Aprovação pela Previc da alteração do nome da Patrocinadora no convênio de adesão da South32, portaria 657 de 26/06/2017, publicado no DOU de 12/07/2017.

⁽⁷⁾ Aprovação pela Previc da Transferência de Gerenciamento do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev da Múltipla para o Itaú Fundo Multipatrocinado, e aprovação da alteração do Regulamento do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, através da Portaria nº 659, publicado no DOU de 26/06/2017.

⁽⁸⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Benefícios da Cetip, através da Portaria nº 1.026, publicado no DOU de 27/10/2017.

⁽⁹⁾ Aprovação pela Previc da retirada de patrocínio do Plano Vitoprev, através da Portaria nº 1.109, publicado no DOU de 01/12/2017.

⁽¹⁰⁾ Aprovação pela Previc das alterações do Regulamento do Plano de Previdência Tokio Marine, através da Portaria nº 1.108, publicado no DOU de 01/12/2017.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

O quadro de participantes apresenta a seguinte posição:

Plano	Participantes ⁽¹⁾				Assistidos ⁽²⁾				Total			
	2017		2016		2017		2016		2017		2016	
	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
AESPM ⁽⁴⁾	1.002	1.503	1.020	1.480	28	42	25	37	1.030	1.545	1.045	1.517
Alstom ⁽⁴⁾	1.256	1.884	1.141	1.234	75	113	61	70	1.331	1.997	1.202	1.304
Alstom Energia ⁽⁴⁾	1.886	2.829	2.027	2.192	201	302	176	190	2.087	3.131	2.203	2.382
Anbima ⁽⁴⁾	307	461	314	502	21	32	18	22	328	493	332	524
Azenprev ⁽⁵⁾	1.626	2.439	1.783	1.802	45	68	40	24	1.671	2.507	1.823	1.826
Belocal ⁽⁴⁾	654	752	654	752	2	3	1	2	656	755	655	754
Campari Prev. ⁽⁵⁾	490	735	489	734	41	62	39	59	531	797	528	793
Campari Suplem. ⁽⁵⁾	316	474	328	492	60	90	58	87	376	564	386	579
Cetip ⁽⁶⁾	614	921	651	1.010	14	19	14	19	628	940	665	1.029
CIP ⁽¹⁰⁾	326	489	220	253	2	3	2	3	328	492	222	256
Cisper ⁽⁴⁾	14	21	20	30	7	11	6	9	21	32	26	39
Cultura Inglesa ⁽⁷⁾	757	1.136	768	730	-	-	-	-	757	1.136	768	730
Emerson Prev. ⁽⁴⁾	365	548	534	607	23	35	22	34	388	582	556	641
Essilor ⁽⁵⁾	1.582	2.373	1.549	2.324	4	6	3	5	1.586	2.379	1.552	2.329
FMC Química ⁽⁴⁾	456	684	462	693	3	5	3	5	459	689	465	698
FMC Technologies ⁽³⁾	1.549	2.324	1.715	2.573	34	51	33	50	1.583	2.375	1.748	2.623
JBT ⁽¹⁰⁾	349	524	331	497	22	33	22	33	371	557	353	530
McPrev ⁽⁵⁾	8.781	13.172	8.781	13.172	14	21	9	14	8.795	13.193	8.790	13.186
Mineração Descalvado ⁽⁴⁾	28	43	29	44	1	2	1	2	29	45	30	46
Mosaic I ⁽⁴⁾	607	911	621	932	28	42	26	39	635	953	647	971
Mosaic II ⁽⁴⁾	713	1.070	621	745	-	-	-	-	713	1.070	621	745
Munksjo ⁽⁶⁾	209	314	197	286	7	11	8	12	216	324	205	298
NitroPrev ⁽⁵⁾	210	315	225	338	10	15	9	14	220	330	234	352
Owens ⁽⁴⁾	2.645	3.968	2.937	4.406	131	197	126	189	2.776	4.165	3.063	4.595
Prev Pisa ⁽⁵⁾	338	507	341	512	9	14	9	14	347	521	350	526
RTM ⁽⁵⁾	112	168	110	158	1	2	1	1	113	170	111	159
Schneider ⁽⁴⁾	2.126	3.189	2.496	3.744	152	228	120	180	2.278	3.417	2.616	3.924
South32 ⁽⁴⁾	7	11	8	12	36	54	35	53	43	65	43	65
Stora Enso ⁽⁵⁾	271	407	296	444	14	21	12	12	285	428	308	456
SWPrev ⁽⁵⁾	1.844	2.766	1.820	2.730	106	159	94	141	1.950	2.925	1.914	2.871
Tokio Marine ⁽⁴⁾	1.976	2.964	2.031	3.047	50	68	48	72	2.026	3.032	2.079	3.119
Vatech ⁽⁸⁾	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	11	-
Vitoprev ⁽⁹⁾	-	-	429	493	-	-	3	4	-	-	432	497
Total	33.416	49.900	34.959	48.968	1.141	1.706	1.024	1.396	34.557	51.605	35.983	50.364

⁽¹⁾ Incluem Ativos; BPD's e Autopatrocinaados;

⁽²⁾ Incluem Pensionistas;

⁽³⁾ Data da avaliação atuarial: Junho/2017;

⁽⁴⁾ Data da avaliação atuarial: Julho/2017.

⁽⁵⁾ Data da avaliação atuarial: Agosto/2017;

⁽⁶⁾ Data da avaliação atuarial: Setembro/2017;

⁽⁷⁾ Data da avaliação atuarial: Dezembro/2017;

⁽⁸⁾ Plano em Retirada: Dezembro/2016

⁽⁹⁾ Plano em Retirada: Julho/2016

⁽¹⁰⁾ Planos dispensados de Avaliação Atuarial, base cadastral de 12/2017

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

Os saldos dos Planos transferidos para o IFM, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transi-tórias”.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou o processo de retirada de patrocínio da Vatehc Transmissão & Distribuição Ltda.; em agosto/2017 foi efetuada a extinção do Plano de Aposentadoria Va Tech (CNPB nº 2006.0041-74). E ocorreu a implantação do Plano de Aposentadoria da Stora Enso (CNPB nº 2007.0017-56), por meio da Portaria nº 659, de 26/06/2017.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – BP;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL⁽¹⁾;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

⁽¹⁾ Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - MPS/SPC, através da Instru o n  25, alterou a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009 e sua posterior atualiza o CNPC n 8 de 31 de outubro de 2011 atualizando os modelos e instru es de preenchimento das demonstra es contábeis das Entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Promovemos a seguinte altera o: valores de 2016 contidos nos quadros “DMAL - Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, no item “C) Fundos não previdenciais” foram ajustados para apresentar de forma correta a compara o e os efeitos de 2017.

As elimina es necessárias   consolida o das Demonstra es Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o Normativa MPS/SPC n . 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de elimina es, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participa o no Plano de Gestão Adminis-trativa” e “Participa o no Fundo Administrativo PGA” (Nota 12).

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes ativos e autopatrocinados, reconhecidas pelo regime de competência, exceto os planos com modalidade de contribuições definidas e variáveis, o qual é adotado o regime de caixa, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Ações

Representa as aplicações em empresas abertas, avaliadas na cotação de fechamento do último dia do mês ocorrida em Bolsa de Valores. Os dividendos e juros sobre capital próprios são reconhecidos, na receita, pelo regime de competência. As bonificações em títulos decorrentes das aplicações em ações são apropriadas quando da passagem “ex-bonificação” em Bolsa de Valores.

II. Títulos Públicos, Créditos Privados e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

III. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizadas pelo Índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de juros de 6% a.a.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6), conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de férias e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

e) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

f) Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram

dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de Entidade de previdência complementar.

- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

g) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a provisionar e depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandato de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 8).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela Entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições, efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial;
- **Investimentos:** custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos dos planos de benefícios e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano	2017				2016
	Contribuições a Receber ⁽¹⁾	Adiantamentos	Outros Valores ⁽²⁾	Total	
AESPM	428	-	-	428	440
Alstom	1.179	-	-	1.179	1.417
Alstom Energia	2.331	-	-	2.331	3.026
Belocal	-	-	-	-	226
Campari Prev.	72	-	-	72	71
Campari Suplementar	145	-	-	145	117
Cultura Inglesa	223	-	-	223	300
EmersonPrev	156	-	-	156	188
Essilor	2	-	-	2	-
FMC Química	485	-	-	485	157
FMC Technologies	1.080	2	-	1.082	557
JBT	135	-	-	135	136
McPrev	433	-	-	433	369
Mineração Descalvado	5	-	1	6	6
Mosaic I	587	-	-	587	717
Mosaic II	638	-	-	638	995
Munksjo	154	-	-	154	176
Owens	545	-	-	545	605
Prev Pisa	94	-	-	94	93
RTM	77	-	-	77	-
Schneider	1.050	-	2	1.052	1.221
South32	18	-	-	18	94
SWPREV	695	-	-	695	674
Vitoprev	1	-	-	1	230
Total	10.533	2	3	10.538	11.815

⁽¹⁾ Contribuições de patrocinadores, de autopatrocinados e de participantes a serem recebidas no mês subsequente.

⁽²⁾ Valor a regularizar de contribuição.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Gestão Administrativa

Plano	2017				2016
	Contribuições para Custeio ⁽¹⁾	Dep. Judicial - PIS/COFINS ⁽²⁾	Outros Realizáveis ⁽³⁾	Total	
AESPM	5	-	-	5	4
Alstom	11	38	-	49	111
Alstom Energia	25	67	-	92	30
Anbima	-	-	-	-	16
Azenprev	-	124	8	132	122
Belocal	-	69	-	69	69
Campari Prev.	-	107	-	107	101
Campari Suplementar	3	73	-	76	70
CIP	6	12	-	18	16
Cisper	-	14	-	14	13
Cultura Inglesa	1	16	-	17	16
EmersonPrev	-	94	3	97	88
Essilor	-	67	74	141	136
FMC Química	6	84	-	90	86
FMC Technologies	28	225	-	253	210
JBT	6	44	-	50	41
McPrev	-	46	-	46	51
Mineração Descalvado	1	4	-	5	5
Mosaic I	253	129	-	382	121
Mosaic II	-	49	-	49	46
Munksjo	17	70	-	87	74
NitroPrev	-	7	-	7	6
Owens	21	332	-	353	341
Prev Pisa	28	78	-	106	86
Schneider	7	354	-	361	360
South32	3	166	-	169	157
Stora Enso	7	58	1	66	-
SWPREV	-	258	-	258	241
Tokio Marine	-	101	-	101	94
Vitoprev	1	42	-	43	47
Total	429	2.728	86	3.243	2.770

⁽¹⁾ Contribuições de Patrocinadora.

⁽²⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.

⁽³⁾ Processo Judicial sobre PIS originário no HSBC (antigo administrador do Plano Essilor). Demais planos: valores a regularizar

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, conforme Política de Investimentos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição dos Investimentos

Plano	2017									2016
	Títulos Públ. Federais		Fundos de Investimentos					Empréstimos	Total	
	LFT	NTN	Índices ⁽¹⁾	Renda Fixa	Ações	Multimercado	Total			
AESPM	-	-	-	43.096	-	17.776	60.872	-	60.872	51.973
Alstom	-	-	-	82.967	31.226	15.580	129.773	-	129.773	117.117
Alstom Energia	-	-	6.793	191.940	34.661	29.855	263.249	-	263.249	235.057
Anbima	-	-	4.495	56.470	10.037	19.742	90.744	-	90.744	80.420
Azenprev	-	-	-	116.207	69.359	43.158	228.724	-	228.724	207.881
Belocal	-	-	-	17.313	2.115	11.544	30.972	-	30.972	26.759
Campari Prev	-	-	-	19.528	-	7.311	26.839	-	26.839	25.021
Campari Suplementar	-	-	-	23.512	-	8.771	32.283	-	32.283	29.848
CETIP	-	-	-	68.300	3.876	21.636	93.812	-	93.812	73.085
CIP	-	-	186	11.281	508	4.467	16.442	-	16.442	12.715
Cisper	-	-	304	3.272	807	1.549	5.932	-	5.932	5.475
Cultura Inglesa	-	-	-	13.614	-	6.079	19.693	-	19.693	16.973
EmersonPrev	-	-	-	24.744	-	13.369	38.113	-	38.113	35.231
Essilor	-	-	335	44.125	820	18.290	63.570	-	63.570	58.981
FMC Química	-	-	916	36.999	12.705	5.972	56.592	-	56.592	46.265
FMC Technologies	-	-	-	122.698	26.838	13.909	163.445	10	163.455	137.288
JBT	-	-	-	32.029	8.042	3.484	43.555	755	44.310	39.141
McPrev	-	-	6.538	74.943	17.203	27.782	126.466	-	126.466	109.223
Mineração Descalvado	-	-	107	1.022	279	496	1.904	-	1.904	1.847
Mosaic I	-	-	-	70.570	4.540	75.892	151.002	-	151.002	137.472
Mosaic II	-	-	-	-	606	20.150	20.756	-	20.756	14.828
Munksjo	-	-	-	11.398	1.111	5.749	18.258	-	18.258	16.239
NitroPrev	-	-	-	8.369	2.327	5.581	16.277	-	16.277	14.171
Owens	11.678	76.273	3.529	38.250	9.529	18.088	69.396	-	157.347	146.607
Prev Pisa	-	-	-	16.334	3.469	5.715	25.518	-	25.518	23.464
RTM	-	-	826	10.500	1.818	3.601	16.745	-	16.745	14.093
Schneider	5.060	15.170	2.187	48.333	3.853	161.469	215.842	-	236.072	210.842
South32	11.957	83.063	-	-	-	-	-	-	95.020	94.985
Stora Enso	-	-	-	17.276	-	8.018	25.294	-	25.294	-
SWPREV	-	-	-	116.645	7.280	50.475	174.400	-	174.400	157.909
Tokio Marine	3.119	21.364	-	134.409	6.768	-	141.177	-	165.660	146.007
Vatech	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Vitoprev	-	-	-	12.671	1.342	7.101	21.114	-	21.114	18.064
Total	31.814	195.870	26.216	1.468.815	261.119	632.609	2.388.759	765	2.617.208	2.304.989

⁽¹⁾ Refere-se a Cota IT NOW SPXI CI.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2017																												Total	2016		
	Fundos de Investimentos - Renda Fixa																															
	ITAÚ VERSO P RF FI	RF JUROS OCEAN FI	ITAÚ VERSO V RF FI	UBB MASTER RF IRFM	ITAÚ VERSO K RF FI	ITAÚ VERSO B RF FI	ITAÚ VERTICE C RF FI	ITAÚ VERSO RF FI	ITAÚ VERSO A REF DI	IU FID W3 FIM	MOSAIC BD II (1)	PRE LONGO PRAZO RF FI	095 FI RF CP	101 FIRF CP	107 FIRF CP	WEST AS PREV FIX	WESTERN ASSET INFL 2	WESTERN INFLAT RF FI	WEST AS-SET PREV INFL	WST ASSE-REC ST FIC	WESTERN A P INF PLUS	111 FI RF CP	112 FI RF CP	113 FI RF CP	115 FI RF CP	WEST AS PR CRE-DIT FI	WES AS INF TT RF FI	W ASSET PR RF CP FI			WA SOVE-REIGN IV SEL	WES AS PREV FIX FI R
AESPM	4.447	2.227	15.224	1.208	-	-	-	-	-	19.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.096	22.645
Alstom	3.824	1.842	-	-	-	10.158	-	-	-	17.702	-	-	223	131	124	2.264	243	341	370	4.572	438	72	151	172	130	16.907	9.101	-	14.202	-	82.967	87.534
Alstom Energia	7.426	3.681	22.044	-	11.042	-	-	-	-	33.680	-	-	438	257	10	13.187	1.428	23.219	2.133	8.963	11.501	142	297	1.658	257	34.078	-	-	16.499	-	191.940	160.676
Anbima	2.940	1.477	21.608	4.309	12.921	-	-	-	-	13.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.470	47.612	
Azenprev	10.522	5.000	-	-	-	51.481	-	-	-	49.204	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.207	88.517	
Belocal	2.885	1.444	-	-	-	-	-	-	-	12.984	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.313	5.082	
Campari Prev	1.819	911	8.600	-	-	-	-	-	-	8.198	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.528	11.449	
Campari Supl	2.191	1.096	10.355	-	-	-	-	-	-	9.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.512	13.658	
CETIP	5.614	2.641	22.167	4.472	8.912	-	-	-	-	24.494	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.300	30.841	
CIP	1.071	548	4.115	438	371	-	-	-	-	4.738	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.281	44.743	
Cisper	245	118	1.188	301	293	-	-	-	-	1.127	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.272	2.145	
Cultura Inglesa	3.864	761	1.993	159	-	-	-	-	-	6.837	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.614	13.621	
Emerson Prev	2.392	1.183	9.543	769	-	-	-	-	-	10.857	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.744	12.868	
Essilor	8.091	2.221	11.448	1.156	952	-	-	-	-	20.257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.125	21.352	
FMC Química	1.467	708	-	4.576	-	3.456	-	-	-	6.782	-	-	153	12	33	2.132	228	287	339	559	415	29	61	58	86	6.707	2.165	-	2.955	3.791	36.999	27.970
FMC Tech	3.425	1.662	6.234	23.234	-	17.114	1.716	-	-	15.774	-	-	407	21	196	7.760	830	1.039	782	1	1.434	13	27	283	196	4.936	12.394	1.544	1.948	19.728	122.698	108.827
JBT	859	418	-	4.941	-	3.719	370	-	-	3.949	-	-	113	28	37	812	87	72	137	949	78	19	41	60	74	4.219	3.155	347	3.118	4.427	32.029	26.352
MC Prev	4.011	1.957	31.642	6.284	12.653	-	-	-	-	18.396	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.943	61.532	
Mineração Descalvado	69	29	381	95	95	-	-	-	-	353	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.022	724	
Mosaic I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.570	64.036
Munksjo	4.208	712	-	-	-	-	-	-	-	6.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.398	3.090
NitroQuímica	1.394	698	-	-	-	-	-	-	-	6.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.369	5.703
Owens	2.867	1.394	13.882	3.468	3.456	-	-	-	-	13.183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.250	29.027
Prev Pisa	792	378	7.658	1.274	2.539	-	-	-	-	3.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.334	10.570
RTM	556	283	3.994	802	2.404	-	-	-	-	2.461	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.500	8.344
Schneider	-	-	4.279	-	1.374	-	-	-	-	28.301	-	-	455	152	-	-	-	-	-	-	-	5	11	-	10	1.473	-	-	5.000	-	48.333	60.843
Stora Enso	6.580	999	606	49	-	-	-	-	-	9.042	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.276	-
SW Prev	16.880	6.271	36.638	-	-	-	-	-	-	56.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.645	62.566
Tokio Marine	7.434	7.254	24.805	-	1.254	-	-	-	-	18.523	20.825	54.314	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134.409	79.840	
Va Tech	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Vitoprev	3.755	874	-	-	-	-	-	-	-	8.042	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.671	3.436
Total	111.628	48.787	258.404	57.535	58.266	85.928	2.086	18.523	49.126	438.753	70.570	7.273	1.789	601	400	26.155	2.816	24.958	3.761	15.044	13.866	280	588	2.231	753	68.320	26.815	1.891	43.722	27.946	1.468.815	1.115.611

(1) Refere-se a Fundo Exclusivo.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2017										2016
	Fundos de Investimentos - Ações									Total	
	FTSE RAFI BRAZIL FIA	UBB PREVI- DENCIA IBX	ITAU INDEX ACOES FI	IT INST A PHO- ENIX FI	INST BOLSA INDEX FIA	INST FUND OF FUNDS	WA PREV IBRX ATIVO A	WESTERN FIA BDR N I	KINEA PIPE FIA		
Alstom	-	-	14.343	-	-	-	16.883	-	-	31.226	25.607
Alstom Energia	-	-	12.474	3.250	-	-	17.031	1.906	-	34.661	25.718
Anbima	-	-	5.876	-	-	-	-	-	4.161	10.037	6.890
Azenprev	-	-	50.293	19.066	-	-	-	-	-	69.359	52.282
Belocal	487	489	1.139	-	-	-	-	-	-	2.115	1.350
CETIP	-	-	-	-	-	-	-	-	3.876	3.876	2.777
CIP	76	118	314	-	-	-	-	-	-	508	217
Cisper	-	-	807	-	-	-	-	-	-	807	553
FMC Química	1.057	1.601	3.411	-	-	-	5.811	825	-	12.705	9.311
FMC Technologies	-	-	10.613	3.138	-	-	13.087	-	-	26.838	20.412
JBT	681	1.031	2.234	-	-	-	4.096	-	-	8.042	4.872
McPrev	-	-	15.258	1.945	-	-	-	-	-	17.203	9.542
Mineração Descalvado	-	-	279	-	-	-	-	-	-	279	186
Mosaic I	-	-	-	-	4.540	-	-	-	-	4.540	3.587
Mosaic II	-	-	-	-	606	-	-	-	-	606	481
Munksjo	184	272	655	-	-	-	-	-	-	1.111	790
NitroPrev	-	-	2.327	-	-	-	-	-	-	2.327	3.151
Owens	-	-	5.289	-	-	4.240	-	-	-	9.529	6.167
Prev Pisa	-	-	3.469	-	-	-	-	-	-	3.469	2.363
RTM	-	-	1.087	-	-	-	-	-	731	1.818	1.200
Schneider	-	-	3.853	-	-	-	-	-	-	3.853	496
SWPREV	-	-	7.280	-	-	-	-	-	-	7.280	4.797
Tokio Marine	-	-	6.768	-	-	-	-	-	-	6.768	5.115
Vitoprev	208	309	825	-	-	-	-	-	-	1.342	882
Total	3.067	4.043	148.817	27.399	5.146	4.240	56.908	2.731	8.768	261.119	189.220

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2017								Total	2016
	Fundos de Investimentos - Multimercado									
	ITAU VERSO E FX FIM	ITAU VERSO JM MM FI	ITAÚ HEDGE FI	MOSAIC CD II	WA MACRO OPP FIM IE	WESTERN ASSET PR FIM	WEST ASS MULT FICFIM	WESTERN ASSET LS FIM		
AESPM	8.888	8.888	-	-	-	-	-	-	17.776	29.328
Alstom	7.791	7.789	-	-	-	-	-	-	15.580	3.976
Alstom Energia	14.927	14.928	-	-	-	-	-	-	29.855	42.818
Anbima	5.875	5.875	7.992	-	-	-	-	-	19.742	22.102
Azenprev	21.583	21.575	-	-	-	-	-	-	43.158	67.082
Belocal	5.772	5.772	-	-	-	-	-	-	11.544	20.327
Campari Prev	3.653	3.658	-	-	-	-	-	-	7.311	13.572
Campari Suplementar	4.382	4.389	-	-	-	-	-	-	8.771	16.190
CETIP	11.011	10.625	-	-	-	-	-	-	21.636	-
CIP	2.121	2.123	223	-	-	-	-	-	4.467	7.116
Cisper	497	496	556	-	-	-	-	-	1.549	2.505
Cultura Inglesa	3.040	3.039	-	-	-	-	-	-	6.079	3.352
Emerson Prev	4.812	4.812	3.745	-	-	-	-	-	13.369	22.363
Essilor	9.132	8.831	327	-	-	-	-	-	18.290	36.939
FMC Química	2.986	2.986	-	-	-	-	-	-	5.972	8.271
FMC Technologies	6.955	6.954	-	-	-	-	-	-	13.909	8.002
JBT	1.742	1.742	-	-	-	-	-	-	3.484	7.284
McPrev	8.123	8.122	11.537	-	-	-	-	-	27.782	31.252
Mineração Descalvado	150	151	195	-	-	-	-	-	496	845
Mosaic I	-	-	-	75.892	-	-	-	-	75.892	69.849
Mosaic II	-	-	-	20.150	-	-	-	-	20.150	14.347
Munksjo	2.875	2.874	-	-	-	-	-	-	5.749	12.359
NitroQuímica	2.790	2.791	-	-	-	-	-	-	5.581	6.772
Owens	5.816	5.815	6.457	-	-	-	-	-	18.088	22.552
Prev Pisa	1.621	1.621	2.473	-	-	-	-	-	5.715	10.531
RTM	1.100	1.100	1.401	-	-	-	-	-	3.601	3.885
Schneider	29.714	22.431	10.062	-	5.217	88.759	2.101	3.185	161.469	127.987
Stora Enso	4.026	3.992	-	-	-	-	-	-	8.018	-
SW PREV	25.240	25.235	-	-	-	-	-	-	50.475	90.546
Tokio Marine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.043
Vitoprev	3.567	3.534	-	-	-	-	-	-	7.101	13.746
Total	200.189	192.148	44.968	96.042	5.217	88.759	2.101	3.185	632.609	752.941

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2017		2016
	Fundos de Investimentos - Índices		
	IT NOW SPXI CI		
Alstom Energia	6.793	5.845	
Anbima	4.495	3.816	
CIP	186	106	
Cisper	304	272	
Essilor	335	216	
FMC Química	916	684	
McPrev	6.538	5.442	
Mineração Descalvado	107	92	
Owens	3.529	3.344	
RTM	826	664	
Schneider	2.187	1.889	
Total	26.216	22.370	

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBovespa e CETIP o qual ocorreu a fusão em 2017), no Itaú Unibanco S.A e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, classificação e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

Mosaic I	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de Investimento	151.002	-	151.002	77.671	73.332	4.591	33.877	112.534	151.002	137.472
Fdo. Investimento - Exclusivo	146.462	-	146.462	77.671	68.792	51	33.877	112.534	146.462	133.885
Mosaic BD II	70.570	-	70.570	1.831	68.739	(1)	1.831	68.740	70.570	64.036
Notas do Tesouro Nacional	68.740	-	68.740	-	68.740	-	-	68.740	68.740	64.036
Operações Compromissadas	1.831	-	1.831	1.831	-	-	1.831	-	1.831	-
Depósito / Valores a pagar / Receber	(1)	-	(1)	-	(1)	(1)	-	-	(1)	-
Mosaic CD II	75.892	-	75.892	75.840	52	52	32.046	43.794	75.892	69.849
CDBs	1.570	-	1.570	1.570	-	-	1.570	-	1.570	-
Letras Financeiras (LF-I)	26.499	-	26.499	26.499	-	-	26.499	-	26.499	-
Debêntures	1.176	-	1.176	1.176	-	-	533	643	1.176	-
Operações Compromissadas	46.595	-	46.595	46.595	-	-	3.444	43.151	46.595	-
Cotas de Fundos	57	-	57	-	57	57	-	-	57	-
Depósito / Valores a pagar / Receber	(5)	-	(5)	-	(5)	(5)	-	-	(5)	-
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	4.540	-	4.540	-	4.540	4.540	-	-	4.540	3.587
Ações	4.540	-	4.540	-	4.540	4.540	-	-	4.540	3.587
Total ⁽¹⁾	151.002	-	151.002	77.671	73.332	4.591	33.877	112.534	151.002	137.472

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Mosaic II	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de Investimento	20.756	-	20.756	20.742	14	620	8.508	11.628	20.756	14.828
Fdo. Investimento - Exclusivo	20.150	-	20.150	20.136	14	14	8.508	11.628	20.150	14.347
Mosaic CD II	20.150	-	20.150	20.136	14	14	8.508	11.628	20.150	-
CDBs	7.036	-	7.036	7.036	-	-	7.036	-	7.036	-
Letras Financeiras (LF-I)	417	-	417	417	-	-	417	-	417	-
Debêntures	312	-	312	312	-	-	141	171	312	-
Operações Compromissadas	12.371	-	12.371	12.371	-	-	914	11.457	12.371	-
Cotas de Fundos	15	-	15	-	15	15	-	-	15	-
Depósito / Valores a pagar / Receber	(1)	-	(1)	-	(1)	(1)	-	-	(1)	-
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	606	-	606	606	-	606	-	-	606	481
Ações	606	-	606	606	-	606	-	-	606	481
Total ⁽¹⁾	20.756		20.756	20.742	14	620	8.508	11.628	20.756	14.828

Owens	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Públicos	87.951	5.134	93.085	87.951	-	-	20.847	67.104	87.951	85.518
Letras Financeiras do Tesouro	11.678	-	11.678	11.678	-	-	11.613	65	11.678	7.488
Notas do Tesouro Nacional	76.273	5.134	81.407	76.273	-	-	9.234	67.039	76.273	78.030
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	65.867	-	-	69.396	61.090
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	65.867	-	-	69.396	61.090
Renda Fixa	-	-	-	-	-	38.250	-	-	38.250	29.027
Ações	-	-	-	-	-	9.529	-	-	9.529	6.167
Multimercado	-	-	-	-	-	18.088	-	-	18.088	22.552
Índices	-	-	-	-	-	3.529	-	-	3.529	3.344
Total ⁽¹⁾	87.951	5.134	93.085	87.951	-	69.396	20.847	67.104	157.347	146.608

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Schneider	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Públicos	20.229	2.547	22.776	20.229	-	-	7.763	12.467	20.230	19.627
Letras Financeiras do Tesouro	5.059	-	5.059	5.059	-	-	5.059	-	5.059	4.061
Notas do Tesouro Nacional	15.170	2.547	17.717	15.170	-	-	2.704	12.467	15.171	15.566
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	215.842	-	-	215.842	191.215
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	215.842	-	-	215.842	191.215
Referenciado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.801
Renda Fixa	-	-	-	-	-	48.332	-	-	48.332	57.042
Ações	-	-	-	-	-	3.853	-	-	3.853	496
Multimercado	-	-	-	-	-	161.470	-	-	161.470	127.987
Índices	-	-	-	-	-	2.187	-	-	2.187	1.889
Total ⁽¹⁾	20.229	2.547	22.776	20.229	-	215.842	7.763	12.467	236.072	210.842

South32	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento		Valor Contábil		
				Para Negociação	Até o Vencimento	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016	
Títulos Públicos	95.020	7.399	102.419	95.020	-	18.234	76.786	95.020	94.985	
Letras Financeiras do Tesouro	11.957	-	11.957	11.957	-	11.957	-	11.957	12.695	
Notas do Tesouro Nacional	83.063	7.399	90.462	83.063	-	6.277	76.786	83.063	82.290	
Total ⁽¹⁾	95.020	7.399	102.419	95.020	-	18.234	76.786	95.020	94.985	

Tokio Marine	Valor ⁽¹⁾									
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a Mercado	Total	Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Públicos	24.483	1.991	26.474	24.483	-	-	6.343	18.140	24.483	24.008
Letras Financeiras do Tesouro	3.119	-	3.119	3.119	-	-	3.119	-	3.119	2.211
Notas do Tesouro Nacional	21.364	1.991	23.355	21.364	-	-	3.224	18.140	21.364	21.797
Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	141.177	-	-	141.177	121.998
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	-	-	-	-	-	141.177	-	-	141.177	121.998
Referenciado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda Fixa	-	-	-	-	-	134.409	-	-	134.409	79.840
Ações	-	-	-	-	-	6.768	-	-	6.768	5.115
Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.043
Total ⁽¹⁾	24.483	1.991	26.474	24.483	-	141.177	6.343	18.140	165.660	146.006

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	Valor ⁽¹⁾					
	Categoria - Para Negociação ⁽²⁾					
	Vencimento - Indeterminado					
	Fundos de Investimentos					
	Índice	Referenciado	Renda Fixa	Ações	Multimercado	TOTAL
AESPM	-	-	43.096	-	17.776	60.872
Alstom	-	-	82.967	31.226	15.580	129.773
Alstom Energia	6.793	-	191.940	34.661	29.855	263.249
Anbima	4.495	-	56.470	10.037	19.742	90.744
Azenprev	-	-	116.207	69.359	43.158	228.724
Belocal	-	-	17.313	2.115	11.544	30.972
Campari Prev	-	-	19.528	-	7.311	26.839
Campari Suplementar	-	-	23.512	-	8.771	32.283
CETIP	-	-	68.300	3.876	21.636	93.812
CIP	186	-	11.281	508	4.467	16.442
Cisper	304	-	3.272	807	1.549	5.932
Cultura Inglesa	-	-	13.614	-	6.079	19.693
EmersonPrev	-	-	24.744	-	13.369	38.113
Essilor	335	-	44.125	820	18.290	63.570
FMC Química	916	-	36.999	12.705	5.972	56.592
FMC Technologies	-	-	122.698	26.838	13.909	163.445
JBT	-	-	32.029	8.042	3.484	43.555
McPrev	6.538	-	74.943	17.203	27.782	126.466
Mineração Descalvado	107	-	1.022	279	496	1.904
Mosaic I	-	-	70.570	4.540	75.892	151.002
Mosaic II	-	-	-	606	20.150	20.756
Munksjo	-	-	11.398	1.111	5.749	18.258
NitroPrev	-	-	8.369	2.327	5.581	16.277
Owens	3.529	-	38.250	9.529	18.088	69.396
Prev Pisa	-	-	16.334	3.469	5.715	25.518
RTM	826	-	10.500	1.818	3.601	16.745
Schneider	2.187	-	48.333	3.853	161.469	215.842
Stora Enso	-	-	17.276	-	8.018	25.294
SWPREV	-	-	116.645	7.280	50.475	174.400
Tokio Marine	-	-	134.409	6.768	-	141.177
Vitoprev	-	-	12.671	1.342	7.101	21.114
31/12/2017	26.216	-	1.468.815	261.119	632.609	2.388.759
31/12/2016	22.370	99.864	1.015.747	189.220	752.941	2.080.142

⁽¹⁾ Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação ao final do dia 31 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos dos Planos de Benefícios, os ativos do PGA, conforme demonstrativo abaixo. A Entidade não possui a segregação real dos ativos para o PGA.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Plano	2017	2016
AESPM	34	35
Alstom	65	91
Alstom Energia	392	319
Anbima	63	39
Azenprev	39	38
Belocal	386	356
Campari Prev	236	433
Campari Suplementar	28	25
CETIP	139	281
CIP	10	8
Cisper	131	121
Cultura Inglesa	15	14
EmersonPrev	207	325
Essilor	26	19
FMC Química	44	26
FMC Technologies	104	86
JBT	54	40
MCPPrev	452	487
Mineração Descalvado	63	38
Mosaic I	262	326
Mosaic II	579	600
Munksjo	11	60
NitroPrev	66	12
Owens	735	764
Prev Pisa	290	224
RTM	24	66
Schneider	971	1.017
South32	38	69
Stora Enso	28	-
SWPrev	1.517	1.817
Tokio Marine	202	375
Vatech	-	4
Vitoprev	32	57
TOTAL	7.243	8.172

⁽²⁾ A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "até o vencimento".

No exercício não houve reclassificação da categoria dos "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no exercício, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

c) Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

Plano	Saldo Devedor	(PCLD)	2017	2016
FMC Química	-	-	-	29
FMC Technologies	45	(35)	10	47
JBT	755	-	755	633
Total	800	(35)	765	709

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano	2017					2016
	Benefícios a pagar	Retenções sobre folha de benefícios	Contribuições recebidas a maior	Outros ⁽¹⁾	Total	
AESPM	-	23	-	-	23	16
Alstom	61	109	-	-	170	107
Alstom Energia	-	168	3	-	171	251
Anbima	197	68	-	-	265	179
Azenprev	240	232	-	-	472	558
Belocal	-	4	1	-	5	11
Campari Prev.	105	19	-	-	124	183
Campari Suplementar	107	30	-	-	137	160
CETIP	265	264	1	-	530	205
CIP	7	16	-	-	23	162
Cisper	-	2	-	-	2	2
Cultura Inglesa	-	8	-	-	8	5
EmersonPrev	-	32	-	7	39	46
Essilor	-	20	-	-	20	13
FMC Química	-	6	-	-	6	10
FMC Technologies	-	15	-	-	15	92
JBT	-	20	-	-	20	31
McPrev	120	27	-	-	147	220
Mineração Descalvado	-	55	-	-	55	3
Mosaic I	-	58	-	-	58	271
Mosaic II	43	3	3	-	49	217
Munksjo	-	15	-	-	15	3
NitroPrev	-	8	-	-	8	5
Owens	-	131	-	-	131	160
Prev Pisa	65	40	-	-	105	82
RTM	7	3	-	-	10	21
Schneider	-	107	12	-	119	117
South32	484	230	-	-	714	686
Stora Enso	-	12	-	-	12	-
SWPREV	-	94	-	-	94	87
Tokio Marine	-	51	-	-	51	416
Vitoprev	-	-	-	-	-	2
TOTAL	1.701	1.870	20	7	3.598	4.321

⁽¹⁾ Refere-se basicamente a seguros e assistências médicas a pagar sobre folha de benefícios (Plano EmersonPrev) e valor a regularizar de contribuição (Plano Mosaic I e II).

b) Gestão Administrativa

Plano	2017					2016
	Obrigações c/ serviços de terceiros	Retenções a Recolher	Valores a Pagar ⁽¹⁾	Tributos a Recolher	Total	
AESPM	22	2	-	1	25	23
Alstom	39	4	-	2	45	40
Alstom Energia	85	12	-	7	104	77
Anbima	23	2	-	1	26	24
Azenprev	41	3	-	3	47	44
Belocal	25	2	-	1	28	25
Campari Prev.	19	4	-	1	24	25
Campari Suplementar	22	2	-	1	25	23
CETIP	27	3	-	1	31	23
CIP	13	1	-	1	15	13
Cisper	3	-	-	-	3	2
Cultura Inglesa	14	1	-	1	16	15
EmersonPrev	24	2	-	2	28	27
Essilor	25	2	47	2	76	77
FMC Química	25	2	-	2	29	32
FMC Technologies	74	5	-	6	85	82
JBT	17	1	-	2	20	19
McPrev	38	3	-	3	44	40
Mineração Descalvado	1	-	-	-	1	1
Mosaic I	162	18	-	15	195	90
Mosaic II	12	1	-	-	13	10
Munksjo	19	2	-	1	22	28
NitroPrev	5	1	-	-	6	9
Owens	66	8	-	4	78	78
Prev Pisa	18	2	-	1	21	19
RTM	4	1	-	-	5	4
Schneider	63	6	-	4	73	74
South32	36	2	-	2	40	59
Stora Enso	15	2	-	1	18	-
SWPREV	84	9	-	5	98	132
Tokio Marine	43	3	-	2	48	47
Vitoprev	15	1	-	1	17	14
TOTAL	1.079	107	47	73	1.306	1.176

⁽¹⁾ Processo Judicial sobre PIS originário no HSBC Bank Brasil S.A. (antigo administrador do Plano).

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

c) Investimentos

Plano	2017		2016
	Empréstimos	Total	
CIP	-	-	4
Essilor	-	-	4
JBT ⁽¹⁾	1	1	-
TOTAL	1	1	8

⁽¹⁾ Refere-se a retenção de IOF sobre empréstimos.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Administrativa

Plano	Processos de Ações - PIS e COFINS ⁽¹⁾	
	2017	2016
Alstom	38	97
Alstom Energia	67	-
Azenprev	124	116
Belocal	69	64
Campari Prev.	107	101
Campari Suplementar	73	68
CIP	12	11
Cisper	14	13
Cultura Inglesa	16	15
EmersonPrev	94	88
Essilor	67	63
FMC Química	84	78
FMC Technologies	225	210
JBT	44	41
McPrev	46	43
Mineração Descalvado	4	3
Mosaic I	129	121
Mosaic II	49	46
Munksjo	70	66
NitroPrev	7	6
Owens	332	310
Prev Pisa	78	73
Schneider	354	331
South32	166	155
Stora Enso ⁽²⁾	58	-
SWPREV	258	241
Tokio Marine	101	94
Vatech ⁽³⁾	-	12
Vitoprev	42	40
TOTAL	2.728	2.506

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação do PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios (conforme nota explicativa 3 - item g).

⁽²⁾ Plano foi incorporado em agosto/17.

⁽³⁾ Plano extinto em agosto/17.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) **Provisões Matemáticas** – As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.
- II. Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.
- III. Provisões matemáticas a constituir** – Correspondem ao equacionamento do déficit efetuado através de contrato junto ao patrocinador e/ou através de contribuições extraordinárias, definidas no respectivo plano de custeio.

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 2017 foram:

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS - 2017

Plano	Taxa anual de juros real	Projeção de crescimento real de salário	Taxa de crescimento real dos benefícios	Tábua de mortalidade geral	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em Invalidez	Fator de Capacidade	Rotatividade
AESPM	4,38%	2,00%	N.A.	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB-57	Álvaro Vindas	1,00	0,00%
Alstom	N.A.	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB 57	N.A.	N.A.	N.A.
Alstom Energia	N.A.	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	IAPB 57	N.A.	N.A.	N.A.
Anbima	5,00%	4,00%	N.A.	AT-83 ⁽²⁾	N.A.	Mercer Disability	0,98	5,00%
Azenprev	5,00%	3,00%	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	N.A.	RRB-1944 Modificada	1,00	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,105)
Campari Prev.	4,38%	2,50%	0,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB 57	Alvaro Vindas	1,00	20% - 0,5% x Tempo de Serviço
Campari Suplementar	4,38%	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB 57	N.A.	1,00	N.A.
CETIP	4,36%	3,00%	N.A.	AT-83 IAM ⁽⁴⁾	N.A.	Alvaro Vindas	0,98	0,25 / (TS + 1)
Cisper	4,75%	4,00%	0,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB-57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
EmersonPrev	4,48%	N.A.	1,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB-57	N.A.	0,97	N.A.
Essilor	4,50%	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽¹⁾	N.A.	N.A.	0,98	N.A.
FMC Química	4,50%	3,50%	0,00%	AT 2000 ⁽³⁾	RRB 1983	RRB-1944 Modificada	0,97	Experiência Willis Towers Watson agravada em 400%
FMC Technologies	4,77%	2,00%	0,00%	AT 2000 ⁽³⁾	RRB 1983	RRB-1944 Modificada	0,97	Experiência Willis Towers Watson modificada (+0,0625)
McPrev	5,00%	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	N.A.	Alvaro Vindas	1,00	Mercer Service
Mineração Descalvado	4,72%	4,00%	0,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB-57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Mosaic I	5,00%	2,50%	0,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB 57	Álvaro Vindas	1,00	Winkloss
Mosaic II	4,36%	2,50%	0,00%	AT 2000 ⁽³⁾	IAPB 57	Álvaro Vindas	1,00	Winkloss
Owens	5,20%	4,00%	0,00%	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB-57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
Prev Pisa	5,20%	3,00%	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	N.A.	RRB-1944 Modificada	0,98	Mercer Service
RTM	4,95%	1,01%	N.A.	AT-83 ⁽²⁾	N.A.	Mercer Disability	0,98	12,00%
Schneider	5,20%	3,00%	N.A.	AT 2000 ⁽¹⁾	IAPB 57	Mercer Disability	0,98	Mercer Service
South32	5,44%	N/A	0,00%	AT 2000 ⁽³⁾	N/A	N/A	0,97	N/A
SWPREV	4,38%	3,00%	0,00%	AT 2000 ⁽³⁾	IAPB 57	Álvaro Vindas	0,97	Experiência SW
Tokio Marine	5,00%	3,00%	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	N.A.	Álvaro Vindas	0,98	Experiência Tokio Marine (2012-2015)
Stora Enso	4,40%	N.A.	N.A.	AT 2000 ⁽³⁾	N.A.	N.A.	0,98	N.A.

⁽¹⁾ Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo.

⁽²⁾ Tábua AT-83 Basic segregada por sexo.

⁽³⁾ Tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

⁽⁴⁾ Tábua AT-83 IAM segregada por sexo.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Na avaliação atuarial de 2017 foram procedidas as seguintes alterações, as quais estão baseadas em estudo técnico de aderência da referida premissa.

Plano	Premissa	2017	2016
AESPM	Taxa de juros	4,38%	4,50%
Anbima	Taxa de juros	5,00%	5,50%
	Taxa de cresc.salarial	4,00%	0,00%
	Rotatividade	5,00%	Mercer Service
Campari Prev.	Taxa de juros	4,38%	4,33%
Campari Suplementar	Taxa de juros	4,38%	4,33%
CETIP	Taxa de juros	4,36%	5,50%
	Taxa de cresc.salarial	3,00%	0,00%
	tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Mercer Disability
	Rotatividade	0,25 / (TS + 1)	Mercer Service
Cisper	Taxa de juros	4,75%	5,80%
EmersonPrev	Taxa de juros	4,48%	4,80%
FMC Química	Taxa anual de juros real	4,50%	4,77%
FMC Technologies	Taxa anual de juros real	4,77%	5,45%
Mineração Descalvado	Taxa de juros	4,72%	5,70%
Mosaic II	Taxa de juros	4,36%	4,50%
Owens	Taxa de juros	5,20%	5,50%
Prev Pisa	Taxa anual de juros real	5,20%	5,69%
	Método Atuarial	Agregago	Crédito Unitário
RTM	Taxa de juros	4,95%	5,50%
	Taxa de cresc.salarial	1,01%	0,00%
	Rotatividade	12,00%	Mercer Service
SWPREV	Taxa de juros	4,38%	4,35%
Stora Enso	Taxa de juros	4,40%	4,60%
	Fator de capacidade	0,98	1

Para os planos abaixo, por se caracterizarem na modalidade de contribuição definida, e desta forma não possuírem riscos atuariais, não se aplica a adoção de hipóteses ou premissas atuariais.

- Belocal
- CIP
- Cultura Inglesa
- JBT
- Munksjo
- NitroPrev
- Vitoprev

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Evolução das Provisões Matemáticas

I) Benefícios Concedidos

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2017
AESPM	6.281	1.435	7.716
Alstom	12.260	12.432	24.692
Alstom Energia	43.545	17.953	61.498
Anbima	18.286	8.080	26.366
Azenprev	10.311	1.128	11.439
Belocal	32	593	625
Campari Prev.	7.248	(482)	6.766
Campari Suplementar	8.959	(1.015)	7.944
CETIP	8.828	5.928	14.756
CIP	1.062	15	1.077
Cisper	2.443	140	2.583
EmersonPrev	17.185	(154)	17.031
Essilor	5.459	(196)	5.263
FMC Química	824	(41)	783
FMC Technologies	10.276	2.448	12.724
JBT	7.821	47	7.868
MC Prev	5.618	1.056	6.674
Mineração Descalvado	1.033	18	1.051
Mosaic I	27.200	5.779	32.979
Munksjo	2.138	278	2.416
NitroQuímica	1.313	385	1.698
Owens	89.133	3.890	93.023
Prev Pisa	2.446	1.134	3.580
RTM	1.015	(24)	991
Schneider	54.942	8.262	63.204
South32	96.357	(104)	96.253
Stora Enso ⁽¹⁾	-	9.485	9.485
SWPREV	38.131	6.339	44.470
Tokio Marine	26.914	1.472	28.386
Vitoprev	288	(37)	251
TOTAL	507.348	86.244	593.592

⁽¹⁾ O plano Stora Enso foi transferido para a Entidade Itaú Fundo Multipatrocinado durante o exercício de 2017

II) Benefícios a Conceder

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2017
AESPM	45.056	7.125	52.181
Alstom	104.366	419	104.785
Alstom Energia	186.534	6.820	193.354
Anbima	61.878	2.127	64.005
Azenprev	186.936	19.958	206.894
Belocal	25.970	3.398	29.368
Campari Prev.	17.182	2.498	19.680
Campari Suplementar	20.566	3.525	24.091
CETIP	64.453	13.155	77.608
CIP	11.300	4.530	15.830
Cisper	1.629	207	1.836
Cultura Inglesa	17.236	2.654	19.890
EmersonPrev	16.253	3.174	19.427
Essilor	55.796	3.720	59.516
FMC Química	40.922	10.398	51.320
FMC Technologies	123.408	24.697	148.105
JBT	30.649	5.711	36.360
MC Prev	101.322	15.806	117.128
Mineração Descalvado	729	(77)	652
Mosaic I	106.583	8.101	114.684
Mosaic II	13.458	5.248	18.706
Munksjo	14.211	1.695	15.906
NitroQuímica	12.811	1.760	14.571
Owens	61.259	7.051	68.310
Prev Pisa	19.954	1.409	21.363
RTM	12.912	2.762	15.674
Schneider	153.291	14.320	167.611
South32	4.144	398	4.542
Stora Enso ⁽¹⁾	-	16.716	16.716
SWPREV	112.235	8.352	120.587
Tokio Marine	114.263	21.571	135.834
Vitoprev	17.889	2.948	20.837
TOTAL	1.755.195	222.176	1.977.371

⁽¹⁾ O plano Stora Enso foi transferido para a Entidade Itaú Fundo Multipatrocinado durante o exercício de 2017

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

III) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

PLANOS	Saldo no Início do Exercício	Recebimento de Contribuições	Atualização / Repactuação	Saldo Final do Exercício
Essilor ⁽¹⁾	(951)	129	(59)	(881)
Owens ⁽²⁾	(3.000)	85	83	(2.832)
Schneider ⁽³⁾	(381)	107	274	-
South32	(461)	441	(14)	(34)
Stora Enso ⁽⁴⁾	-	-	(452)	(452)
TOTAL	(4.793)	762	(168)	(4.199)

⁽¹⁾ O déficit vem sendo equacionado pela patrocinadora através de instrumento contratual com garantia, em conformidade com a Resolução CGPC nº 18/2006, a saber:

Plano	Vlr. Contrato	Atualização	Prazo Amortização	Data Vencimento	Valor das Parcelas
Essilor	881	Meta Atuarial	180 parcelas	Out/2028	0,13% da Folha Salarial

⁽²⁾ O déficit será equacionado pela patrocinadora através de contribuições determinadas em percentual da folha salarial.

⁽³⁾ Redução decorrente da apuração do equilíbrio técnico ajustado positivo, em conformidade com a Instrução Previc nº 26/16. Vide Nota 10.b.II.

⁽⁴⁾ O plano Stora Enso foi transferido para a Entidade Itaú Fundo Multipatrocinado durante o exercício de 2017.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta “Resultados Realizados”, cuja composição, em 31 de dezembro, e respectiva movimentação no exercício foi:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Superávit / (Déficit) do Exercício	Saldos em 31/12/2017
Reserva de Contingência	8.536	304	8.840
Anbima	1	(1)	-
Azenprev	521	(15)	506
Campari Prev.	-	11	11
CETIP	7	11	18
Cisper	462	35	497
EmersonPrev	1.096	300	1.396
FMC Química	430	281	711
FMC Technologies	2.642	218	2.860
MC Prev	604	14	618
Mineração Descalvado	5	1	6
Mosaic II	137	46	183
Prev Pisa	151	(151)	-
RTM	1	(1)	-
SWPREV	1.304	(11)	1.293
Tokio Marine	1.175	(434)	741
Reserva Especial para Revisão do Plano	9.076	(1.610)	7.466
Anbima	52	10	62
Azenprev	955	753	1.708
Cisper	298	(3)	295
FMC Química	3.046	(3.046)	-
FMC Technologies	251	(251)	-
Mineração Descalvado	-	2	2
Prev Pisa	216	(216)	-
RTM	77	15	92
SWPREV	4.181	1.126	5.307
Déficit	(15.119)	(4.041)	(19.160)
Essilor	(141)	35	(106)
Owens	(8.200)	(2.119)	(10.319)
Schneider	(1.071)	(686)	(1.757)
South32	(5.707)	(765)	(6.472)
Stora Enso ⁽¹⁾	-	(506)	(506)
TOTAL	2.493	(5.347)	(2.854)

⁽¹⁾ O plano Stora Enso foi transferido para a Entidade Itaú Fundo Multipatrocinado durante o exercício de 2017

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/2015, deve-se apurar o equilíbrio técnico ajustado que será base para determinação da Reserva de Contingência, da Reserva Especial para Revisão do Plano e do Déficit Técnico a Equacionar.

Para os planos Belocal, CIP, Cultura Inglesa, JBT, Munksjo, Nitroprev e Vitoprev, por serem de modalidade de contribuição definida, não se aplica o disposto na Resolução CNPC nº 22/15.

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram os seguintes:

I. Planos com Equilíbrio Técnico Positivo/Superavitário

DESCRIÇÃO		2017													
		ANBIMA	AZENPREV	Campari Prev.	CETIP	Cisper	Emerson Prev	FMC Química ⁽⁷⁾	FMC Technologies	McPREV	Mineração Descalvado	Mosaic II	RTM	SWPREV ⁽⁸⁾	Tokio Marine
Saldo de Provisões Matemáticas ⁽¹⁾	(a)	-	2.844	1.767	108	2.428	15.511	2.845	13.211	4.217	37	729	1	6.533	23.786
Duração do Passivo do Plano		1,33	7,79	8,72	17,96	10,47	9,60	22,26	13,46	8,45	6,63	19,64	14,19	9,79	9,35
Apuração Limite da Reserva de Contingência															
Duração do Passivo acrescido de 10 pontos ⁽²⁾	(b)	11,33	17,79	18,72	25,00	20,47	19,60	25,00	23,46	18,45	16,63	25,00	24,19	19,79	19,35
Limite da Reserva de Contingência	c=(a*b%)	-	506	331	27	497	3.040	711	3.099	778	6	183	-	1.293	4.603
Equilíbrio Técnico Ajustado															
Equilíbrio Técnico Contábil	(d)	62	2.214	11	18	792	1.396	711	2.860	618	8	183	92	6.600	741
Ajuste de Precificação ⁽³⁾	(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.285
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽⁴⁾	(f=d+e)	62	2.214	11	18	792	1.396	711	2.860	618	8	183	92	6.600	741
Reserva de Contingência ⁽⁵⁾		-	506	11	18	497	1.396	711	2.860	618	6	183	-	1.293	741
Reserva Especial para Revisão de Plano ⁽⁶⁾		62	1.708	-	-	295	-	-	-	-	2	-	92	5.307	-

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Limitado a 25%.

⁽³⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽⁴⁾ Em caso de plano superavitário, o Ajuste de Precificação só é aplicado no caso de distribuição e se o mesmo for negativo. Assim, não se aplicando para os planos acima.

⁽⁵⁾ Valor até o Limite da Reserva de Contingência.

⁽⁶⁾ Excedente ao Limite da Reserva de Contingência.

⁽⁷⁾ Para o plano FMC Química, na avaliação de 2017 houve reversão da Reserva Especial para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano - Fundo Especial de Patrocinadora e de Participante de acordo com a proporção contributiva.

⁽⁸⁾ Para o plano SWPrev, na avaliação de 2017 houve reversão da Reserva Especial para o Fundo Previdencial de Revisão de Plano - Parcela Patrocinadora e Parcela Participante de acordo com a proporção contributiva.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

II. Planos com Equilíbrio Técnico Deficitários

Para determinação do equacionamento de Déficit Técnico Acumulado deve-se observar o previsto na Resolução CGPC 26/08, com redações posteriores, e na Instrução Previc nº 26/16.

DESCRIÇÃO	2017				
	Essilor ⁽⁶⁾	Owens ⁽⁶⁾	Schneider ^{(4) (5)}	South32 ⁽⁴⁾	Stora Enso ⁽⁷⁾
Provisões Matemáticas ⁽¹⁾	4.390	91.829	219.298	100.795	6.447
Saldo Déficit Equacionado - 2016 ⁽²⁾	(881)	(2.832)	(289)	(34)	(261)
Base Apuração Limite do Déficit (a)	3.509	88.997	219.009	100.761	6.186
Duração do Passivo do Plano	8,45	9,80	8,46	10,83	12,18
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado					
Duração do Passivo do Plano (-) 4 pontos (b)	4,45	5,80	4,46	6,83	8,18
Limite do Déficit Técnico Acumulado (a*b%)	(156)	(5.162)	(9.768)	(6.882)	(506)
Equilíbrio Técnico Ajustado					
Equilíbrio Técnico Contábil (c)	(106)	(10.319)	(1.757)	(6.472)	(507)
(+/-) Ajuste de Precificação ⁽³⁾ (d)	-	5.477	2.351	6.348	-
Equilíbrio Técnico Ajustado (c+d)	(106)	(4.842)	594	(124)	(507)
Déficit Equacionado / a Equacionar					
Saldo Déficit Equacionado - 2016 ⁽²⁾ (e)	(881)	(2.832)	(289)	(34)	(261)
Equilíbrio Técnico Ajustado positivo ^{(4) (5)} (f)	-	-	289	-	-
Déficit a Equacionar (g)	-	-	-	-	(192)
Saldo Déficit Equacionado - 2017 ⁽²⁾ (e+f+g)	(881)	(2.832)	-	(34)	(453)
Equilíbrio Técnico Contábil					
Saldo Antes da Revisão Custeio (h)	(106)	(10.319)	(1.468)	(6.472)	(698)
Revisão Custeio Equilíbrio Técnico - 2017 (i)	-	-	(289)	-	192
Saldo Após da Revisão do Custeio (h+i)	(106)	(10.319)	(1.757)	(6.472)	(506)

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Saldo do contrato de déficit atualizado até Dez/17

⁽³⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽⁴⁾ De acordo com Instrução Previc nº 26/16 no caso de apuração de Equilíbrio Técnico Ajustado positivo este poderá ser utilizado para a revisão do plano de custeio para redução das contribuições extraordinárias.

⁽⁵⁾ No Plano Schneider considerado o ajuste de precificação multiplicado pela paridade contributiva relativa a patrocinadora (57,95%).

⁽⁶⁾ Os planos Essilor e Owens apuraram déficit inferior ao limite legal de equacionamento.

⁽⁷⁾ Plano Stora Enso apurou déficit acima do limite legal, sendo necessário novo plano de equacionamento que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo até 31/12/2018.

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 11 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial

I. Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento.

II. Fundo de Revisão do Plano - Patrocinadora e Participante – Constituído com base no saldo de Reserva Especial para Revisão do Plano há mais de três exercícios consecutivos, em conformidade com a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Os valores do Fundo Previdencial poderão ser utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições conforme estabelecido no regulamento do plano e no plano de custeio previdenciário.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2017
AESPM ⁽¹⁾	1.028	131	191	1.350
Alstom ⁽¹⁾	1.716	157	(629)	1.244
Alstom Energia ⁽¹⁾	7.472	1.123	1.596	10.191
Anbima ⁽¹⁾	2	16	(15)	3
Azenprev ⁽¹⁾	8.566	1.252	(2.148)	7.670
Belocal ⁽¹⁾	621	69	160	850
Campari Prev. ⁽¹⁾	50	6	41	97
Campari Suplementar ⁽¹⁾	259	26	(54)	231
CETIP ⁽¹⁾	300	58	465	823
CIP	184	10	(96)	98
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	171	9	(95)	85
Outros Previsto em nota Técnica Atuarial	13	1	(1)	13
Cisper ⁽¹⁾	525	67	1	593
Cultura Inglesa ⁽¹⁾	29	6	(26)	9
EmersonPrev ⁽¹⁾	518	40	(385)	173
Essilor ⁽¹⁾	74	30	(71)	33
FMC Química ⁽³⁾	1.190	166	2.863	4.219
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	59	19	276	354
Revisão do Plano - Patrocinadora	106	15	1.515	1.636
Revisão do Plano - Participantes	1.025	132	1.072	2.229
FMC Technologies ⁽¹⁾	1.116	109	(489)	736
JBT	744	53	(645)	152
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	54	8	(62)	-
Revisão do Plano - Patrocinadora	206	11	(210)	7
Revisão do Plano - Participantes	483	34	(373)	144
Revisão do Plano	1	-	-	1

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2017
MCPREV	1.348	185	351	1.884
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	385	58	121	564
Revisão do Plano	801	106	-	907
Outros Previsto em nota Técnica Atuarial	162	21	230	413
Mineração Descalvado	49	9	26	84
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	22	5	26	53
Revisão do Plano - Patrocinadora	5	1	-	6
Revisão do Plano - Participantes	22	3	-	25
Revisão do Plano	-	-	-	-
Mosaic I ⁽¹⁾	3.816	383	(590)	3.609
Mosaic II	1.414	160	307	1.881
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.137	133	557	1.827
Revisão do Plano	277	27	(250)	54
Munksjo ⁽¹⁾	9	2	59	70
NitroPrev ⁽¹⁾	37	11	(45)	3
Owens ⁽¹⁾	7.104	669	1.077	8.850
Prev Pisa	490	51	(262)	279
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	235	22	(203)	54
Revisão do Plano - Patrocinadora	230	26	(53)	203
Revisão do Plano - Participantes	25	3	(6)	22
RTM ⁽¹⁾	7	3	25	35
Schneider ⁽¹⁾	4.160	539	2.292	6.991
Stora Enso	-	1	17	18
SWPREV ⁽⁴⁾	857	65	1.018	1.940
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	857	65	(187)	735
Revisão do Plano - Patrocinadora	-	-	771	771
Revisão do Plano - Participantes	-	-	434	434
Tokio Marine	2.880	116	(2.538)	458
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	2.880	116	(2.538)	458
Vatech ⁽²⁾	4	-	(4)	-
Vitoprev ⁽¹⁾	73	7	(80)	-
TOTAL	46.642	5.520	2.412	54.574

⁽¹⁾ Refere-se a Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

⁽²⁾ Previc aprovou o processo de retirada de patrocínio da Vatech; em agosto/17 foi efetuada a extinção do plano.

⁽³⁾ Foi constituído Fundo Previdencial - Revisão de plano Patrocinadora e Revisão de plano Participantes, com a reversão da Reserva Especial apurada de dez/15 a dez/17 (R\$ 2.710,1)

⁽⁴⁾ Foi constituído Fundo Previdencial - Revisão de plano Patrocinadora e Revisão de plano Participantes, com a reversão da Reserva Especial apurada em dez/15 (R\$ 1.205)

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

b) **Fundo Administrativo** - Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2017
AESPM	17	1	(4)	14
Alstom	66	3	(37)	32
Alstom Energia	272	37	3	312
Anbima	30	5	2	37
Belocal	336	31	(9)	358
Campari Prev.	408	30	(226)	212
Campari Suplementar	4	1	1	6
CETIP	258	23	(173)	108
CIP	-	-	1	1
Cisper	119	15	(6)	128
EmersonPrev	297	26	(141)	182
Essilor	15	1	8	24
FMC Química	3	1	17	21
FMC Technologies	5	2	39	46
JBT	21	3	16	40
McPrev	455	56	(103)	408
Mineração Descalvado	39	6	19	64
Mosaic I	236	5	81	322
Mosaic II	590	54	(78)	566
Munksjo	40	1	(35)	6
NitroPrev	3	3	54	60
Owens	717	60	(98)	679
Prev Pisa	217	30	50	297
RTM	61	6	(48)	19
Schneider	973	95	(163)	905
South32	12	-	(10)	2
Stora Enso	-	1	16	17
SW Prev	1.685	157	(422)	1.420
Tokio Marine	328	25	(199)	154
Vatech	4	-	(4)	-
Vitoprev	48	2	(34)	16
TOTAL	7.259	680	(1.483)	6.456

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 12 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016
Participação no Plano de Gestão Administrativa	6.456	7.259	Participação no Fundo Administrativo PGA	6.456	7.259
AESPM	14	17	AESPM	14	17
Alstom	32	66	Alstom	32	66
Alstom Energia	312	272	Alstom Energia	312	272
Anbima	37	30	Anbima	37	30
Belocal	358	336	Belocal	358	336
Campari Prev.	212	408	Campari Prev.	212	408
Campari Suplementar	6	4	Campari Suplementar	6	4
CETIP	108	258	CETIP	108	258
CIP	1	-	CIP	1	-
Cisper	128	119	Cisper	128	119
EmersonPrev	182	297	EmersonPrev	182	297
Essilor	24	15	Essilor	24	15
FMC Química	21	3	FMC Química	21	3
FMC Technologies	46	5	FMC Technologies	46	5
JBT	40	21	JBT	40	21
McPrev	408	455	McPrev	408	455
Mineração Descalvado	64	39	Mineração Descalvado	64	39
Mosaic I	322	236	Mosaic I	322	236
Mosaic II	566	590	Mosaic II	566	590
Munksjo	6	40	Munksjo	6	40
NitroPrev	60	3	NitroPrev	60	3
Owens	679	717	Owens	679	717
Prev Pisa	297	217	Prev Pisa	297	217
RTM	19	61	RTM	19	61
Schneider	905	973	Schneider	905	973
South32	2	12	South32	2	12
Stora Enso	17	-	Stora Enso	17	-
SWPREV	1.420	1.685	SWPREV	1.420	1.685
Tokio Marine	154	328	Tokio Marine	154	328
Vatech	-	4	Vatech	-	4
Vitoprev	16	48	Vitoprev	16	48

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

Descrição	2017	2016
Superávit Técnico Acumulado	16.306	17.612
Anbima	62	53
Azenprev	2.214	1.476
Campari Prev.	11	-
CETIP	18	7
Cisper	792	760
EmersonPrev	1.396	1.096
FMC Química	711	3.476
FMC Technologies	2.860	2.893
McPrev	618	604
Mineração Descalvado	8	5
Mosaic II	183	137
Prev Pisa	-	367
RTM	92	78
SWPREV	6.600	5.485
Tokio Marine	741	1.175
(-) Déficit Técnico Acumulado	(19.160)	(15.119)
Essilor	(106)	(141)
Owens	(10.319)	(8.200)
Schneider	(1.757)	(1.071)
South32	(6.472)	(5.707)
Stora Enso	(506)	-

II - Demonstrações Contábeis

8. Notas Explicativas

NOTA 13 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Encontra-se em análise na Previc o processo nº 44011.501304/2016-10, referente a incorporação do Plano Cisper pelo Plano Owens Illinois, através do Ofício nº 312/2017/PREVIC de 07/02/2017.
- b) O processo de retirada da patrocinadora Vitopel Brasil Ltda. do plano Vitoprev, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme o Parecer 834/2017/CTR/CGTR/DILIC, de 02/12/2017 e Portaria 1.109, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017 publicada no Diário Oficial da União de 06/12/2017.

II - Demonstrações Contábeis

9. Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Itaú Fundo Multipatrocinado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itaú Fundo Multipatrocinado ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Itaú Fundo Multipatrocinado, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa, e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Itaú Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2017

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
80,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
20,00	PLANO	100,00	IBrX	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

DATA DE APROVAÇÃO PELO CONSELHO DELIBERATIVO: 12/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	PLANO	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	Nelson Gonçalves Junior	170.092.638-17	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apuração de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apuração de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2017

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	75,00	85,00	80,00
RENDA VARIÁVEL	15,00	25,00	20,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.

Utiliza derivativos.

Avaliação prévia dos riscos envolvidos.

Existência de Sistemas de controles internos.

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2017

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2018

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2018 A 12/2018				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
80,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
20,00	PLANO	100,00	IBrX	0,00
100,00	RENTA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	RENTA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

DATA DE APROVAÇÃO PELO CONSELHO DELIBERATIVO: 11/12/2017

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO				
PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	NELSON GONCALVES JUNIOR	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2018 a 31/12/2018	RENTA FIXA	NELSON GONCALVES JUNIOR	170.092.638-17	Diretor de Investimentos
01/01/2018 a 31/12/2018	RENTA VARIÁVEL	NELSON GONCALVES JUNIOR	170.092.638-17	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apreçamento de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2018

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2018 A 12/2018			
SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO %
RENDA FIXA	75,00	85,00	80,00
RENDA VARIÁVEL	15,00	25,00	20,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.

Utiliza derivativos.

Avaliação prévia dos riscos envolvidos.

Existência de Sistemas de controles internos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO%	MÁXIMO%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

III - Investimentos

1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2018

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00

III - Investimentos

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

PERÍODO: 2018 - 2022

PATROCINADORA: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA

Aprovada em 11 de dezembro de 2017

Introdução

Este documento, constituído pelo Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM) com anuência da patrocinadora

B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA., formaliza os objetivos e restrições de investimento da gestão dos recursos do PLANO DE APOSENTADORIA STORA ENSO PREV administrado pelo IFM por meio da designação dos segmentos de ativos utilizados, dos ativos autorizados em cada segmento, das faixas de alocação estratégica e das características e restrições da gestão de cada segmento.

Além das condições, especificações e restrições aqui apresentadas, aplicam-se todas aquelas indicadas na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

1. Meta Atuarial do Plano

A meta atuarial mínima do Plano é INPC + 4,5% a.a.

2. Diretrizes de Alocação dos Recursos

2.1 - Segmentos de Aplicação

Conforme especificado na regulamentação em vigor, esta política de investimentos refere-se à alocação dos recursos do Plano de Previdência Complementar em cada um dos seguintes segmentos:

- Renda Fixa;
- Renda Variável;
- Investimentos estruturados;
- Investimentos no exterior;
- Imóveis;
- Operações com participantes.

2.2 - Faixas de Alocação de Recursos

A alocação nas faixas específicas de cada um dos segmentos será feita de acordo com os objetivos da carteira, nas condições especificadas no regulamento do plano, conforme abaixo:

2.2.1- Faixas de alocação do Perfil Conservador

Segmento de aplicação	Limite inferior	Limite superior	Limite Legal
Renda fixa	100%	100%	100%
Renda variável	0%	0%	70%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	0%	10%
Investimentos no exterior	0%	0%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

2.2.2 - Faixas de alocação do Perfil Moderado

Segmento de aplicação	Limite inferior	Limite superior	Limite Legal
Renda fixa	90%	100%	100%
Renda variável	0%	10%	70%
Investimentos Estruturados	0%	0%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	0%	10%
Investimentos no exterior	0%	0%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

2.3 - Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação tem por objetivo maximizar a relação retorno versus risco do Plano de Benefícios STORA ENSO, de acordo com os benchmarks definidos nessa política, para cada perfil.

2.4 - Processo de Gestão da Alocação

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo de gerar retornos diferenciados, superiores aos seus benchmarks e à meta atuarial de referência, em diferentes horizontes de acumulação, de acordo com o padrão de risco assumido para cada perfil. Além disso, a alocação de ativos entre os perfis deve se manter coerente com seus

III - Investimentos

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

objetivos de acumulação de longo prazo.

O processo de alocação de ativos visa maximizar a relação retorno x risco, respeitando os limites de concentração (máximos e mínimos) previamente estabelecidos por carteira, para caracterizar o padrão de aversão ao risco de cada perfil. De forma geral o processo pode ser descrito conforme abaixo.

Na primeira fase, são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia, tais como, taxa de juros spot, câmbio, inflação e risco país. Além disso, são definidos cenários alternativos (otimista e pessimista) ao cenário básico.

Na segunda fase, com base no cenário básico, são projetados individualmente valores para diversos fatores de risco, como taxas de juros nominais, taxas de juros reais, inflação implícita, câmbio, e índice Bovespa. Estes valores são utilizados para calcular as expectativas de preço dos ativos para um determinado horizonte de investimento. A partir destes preços são calculadas as expectativas de retorno para cada ativo e sua contribuição para que a carteira alcance o seu retorno alvo. Atualmente o horizonte de investimento é trimestral, mas são feitas projeções para horizontes mais longos. Esse processo pode ser revisto a qualquer momento, em função da volatilidade do mercado e de eventuais mudanças no cenário macroeconômico.

Ao longo do processo são consideradas as restrições de investimento específicas de cada carteira. Além disso, as decisões de movimentação são tomadas de maneira a minimizar os custos de transação diretos (IOF, corretagem, emolumentos, etc.) e indiretos (impacto de mercado nos preços).

O processo de desinvestimento é endógeno ao processo: ativos são vendidos ou comprados em função das decisões de alocação, da sua relação de risco e retorno, e das necessidades de caixa de cada carteira ou plano de benefícios.

3. Diretrizes para Gestão de cada Segmento

3.1 - Benchmarks por segmento

Ficam estabelecidos os seguintes benchmarks para os segmentos, sendo que tais indicadores não representam qualquer garantia de rentabilidade:

Renda Fixa – Perfil Conservador – CDI.

Renda Fixa – Perfil Moderado – 73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM.

Renda Fixa – Perfil Arrojado – 29% CDI + 34% IMAB5 + 27% IMAB5+ + 10% IRFM.

Renda Variável – Ibovespa de Fechamento.

Investimentos estruturados – 110% do CDI

Investimentos no exterior – 100% S&P500.

Imóveis - não se aplica.

Operações com participantes - não se aplica.

3.2 - Benchmark da Carteira Total

3.2.1 - Perfil Conservador

100% CDI

3.2.2 - Perfil Moderado

73% CDI + 25% IMA- B5 + 2% IRFM

3.3 - Segmento de Renda Fixa

Esse segmento é composto por títulos públicos e privados e por operações com derivativos cujo objetivo é sintetizar operações de renda fixa. O processo de decisão de investimentos nesse segmento se baseia na avaliação da estrutura a termo das taxas de juros, mais especificamente o retorno esperado e o risco dos diversos vencimentos componentes da curva de juros nominal e real. Para as emissões em crédito privado considera-se ainda a qualidade do emissor (rating), o prazo da operação e o spread de crédito correspondente.

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, considerando-se que:

3.3.1 - Crédito Privado

A participação em títulos privados no segmento de Renda Fixa está sujeita às restrições da legislação e às restrições descritas abaixo.

Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- Grau de investimento – limite 100%
- Grau especulativo (resultante de rebaixamento de ratings) – limite 5%

Somente poderão ser adquiridos os títulos de emissão de pessoas jurídicas financeiras e/ou jurídicas não financeiras, cujo rating (do emissor, da emissão ou do fundo), na data da aquisição do ativo, seja um dentre os constantes da tabela abaixo. No caso de classificação feita por mais de uma agência, será considerado apenas o rating mais baixo (pior):

MOODY'S	S&P	Fitch Rating (2)	
		Rating	Score
Aaa	AAA	AAA	10
Aa1	AA+	AA+	9
Aa2	AA	AA	9
Aa3	AA-	AA-	9
A1	A+	A+	8
A2	A	A	8
A3	A-	A-	8
Baa1	BBB+	BBB+	7
Baa2	BBB	BBB	7
Baa3	BBB-	BBB-	7

Estão autorizadas as emissões lastreadas em Depósitos com Garantia Especial de Saque – DPGE, sob o amparo do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, desde que limitadas ao montante de R\$ 20 milhões, por emissor, por CNPJ.

III - Investimentos

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

3.3.2 - Outras Considerações

- No caso de rebaixamento do respectivo rating após a data de aquisição do ativo, o gestor envidará seus melhores esforços para a negociação do mesmo ao seu critério.
- O IFM tem a prerrogativa de rever a presente política a qualquer momento.
- As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.4- Segmento de Renda Variável

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda variável, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, inclusive em cotas de fundos de ações.

As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.5- Segmento de Investimentos Estruturados

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de investimentos estruturados, estão autorizadas as aquisições de cotas de fundos de investimentos e/ou fundos de investimentos em cotas especificados no inciso IV do artigo 20 da resolução 3.792 do CMN, respeitadas os limites descritos no item 2.2, acima.

3.6- Segmento de Investimentos no Exterior

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.7- Segmento de Imóveis

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.8- Segmento de Empréstimos e Financiamento a participante

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

4. Limites de Alocação e Concentração por Emissor

As restrições de alocação e concentração por emissor são aquelas presentes na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

5. Outras Diretrizes

5.1- Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

O gerenciamento de risco busca identificar, medir e controlar os riscos relacionados à gestão de investimentos do

plano de benefícios, de forma a otimizar a relação entre risco e retorno para o cumprimento dos objetivos estratégicos de longo prazo do plano. A Entidade não se limita ao mapeamento de riscos atual, mas busca continuamente identificar e tratar novas fontes de riscos.

A Entidade elabora ainda o cálculo da Divergência não Planejada (DNP), que é a diferença entre o retorno do portfólio e o retorno do benchmark, conforme definido pela IN PREVIC nº 2/2010 e implementará, quando cabível, outros modelos de divergência não planejada que venham a ser exigidos pela legislação.

• Risco de Mercado

Segundo o Artigo 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as Entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

O processo de gerenciamento do risco de mercado das carteiras dos Planos da Entidade deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

Segmento de Renda Fixa – Perfil Conservador: Limite de B-VaR igual a 1,30%, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis, em relação ao benchmark de renda fixa.

Segmento de Renda Fixa – Perfil Moderado: Limite de B-VaR igual a 1,35%, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis, em relação ao benchmark de renda fixa.

Segmento de Renda Variável: Limite de B-VaR igual a 3,80%, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis, em relação ao benchmark de renda variável.

Segmento de Investimento no Exterior: Limite de tracking error igual a 2,00%, projetado para 252 dias úteis, em relação ao benchmark de investimento no exterior.

O monitoramento diário dos limites de risco caberá ao gestor, conforme os limites acima.

• Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

Conforme estabelecido no item 3.3.1, a aquisição deste tipo de ativo está sujeita a análise do gestor e a consonância com os ratings mínimos estabelecidos por agências específicas e especificados no referido item. Estes ratings indicam emissores ou emissões consideradas como de baixo risco de crédito, o que mitiga o risco inerente.

Além do mais, em última instância, vale sempre a análise mais conservadora, pois o gestor tem a discricionariedade na alocação de crédito, mesmo estando o emissor enquadrado nos ratings mínimos estabelecidos.

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira adminis-

III - Investimentos

2. Políticas de Investimentos – Do Plano

trada, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e em tempo desejados, e o custodiante, para liquidar as posições.

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante para o IFM, e, como prudência, a mesma manterá estabelecido ao gestor a manutenção de recursos em ativos de liquidez. Com a adoção dessa política, o IFM elimina a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

- **Risco Operacional**

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Do lado da gestão de recursos, a terceirização feita com gestores de porte indica a existência de processos que mitigam tais riscos. Estas instituições, até por força de lei, são obrigadas a ter processos de contínua monitoração de suas atividades, realizando testes e outros procedimentos necessários.

- **Risco Legal**

Como forma de gerenciar o risco legal a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

- **Risco Sistêmico**

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

5.2- Descrição do processo de Terceirização de Administração, Custódia

O Conselho Deliberativo do IFM decidiu manter a administração de seus recursos terceirizada junto ao Itaú Unibanco. O Conselho Deliberativo do IFM decidiu manter a administração de seus recursos terceirizada junto ao Itaú Unibanco.

O Conselho Deliberativo do IFM decidiu manter a custódia de seus ativos financeiros junto ao Itaú Unibanco.

5.3- Descrição da Estratégia de Formação de Preço

Fica determinado que a determinação dos preços dos ativos siga a política do Administrador de Recursos contratado.

5.4 - Princípios de Responsabilidade Socioambiental

O IFM, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão.

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2017

ENTIDADE: 3126-IFM

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DATA DE GERAÇÃO: 05/03/2018 14:04:45

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	7.245.554,76
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	7.245.554,76
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	582.553,42
Depósitos:	999,96
Títulos Públicos:	562.029,07
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	19.524,39
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
04.751.820/0001-76	5.788,57
04.751.820/0001-76	68,32
04.751.820/0001-76	1.241,78
04.751.820/0001-76	89,15
04.751.820/0001-76	1.176,50
04.751.820/0001-76	442,07
04.751.820/0001-76	154,98
05.092.264/0001-36	25.334,24
05.092.264/0001-36	8.421,46
05.092.264/0001-36	4.978,14
05.092.264/0001-36	4.480,30
05.092.264/0001-36	8.322,92
05.092.294/0001-42	2.124,33
05.092.294/0001-42	35,74
05.092.294/0001-42	122,18
05.092.294/0001-42	72,77
05.092.294/0001-42	176,05
05.092.294/0001-42	527,70
07.096.486/0001-52	29.909,35
07.658.922/0001-30	12.245,74
07.658.922/0001-30	136,13
07.658.922/0001-30	2.019,18

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
07.658.922/0001-30	136,38
07.658.922/0001-30	6.486,38
07.658.922/0001-30	20.333,57
07.658.922/0001-30	28.106,56
07.672.392/0001-84	13.095,50
07.672.399/0001-04	364.997,81
07.892.298/0001-30	19.616,27
07.892.298/0001-30	327,72
07.892.298/0001-30	1.139,33
07.892.298/0001-30	686,77
07.892.298/0001-30	1.643,83
07.892.298/0001-30	4.935,35
07.894.727/0001-09	5.529,50
07.894.727/0001-09	2.922,75
07.894.727/0001-09	12.546,26
07.895.034/0001-30	4.580,37
07.895.034/0001-30	3.940,76
07.895.034/0001-30	1.669,38
07.895.034/0001-30	7.882,22
07.895.082/0001-29	34.539,30
07.895.082/0001-29	171,49
07.895.082/0001-29	90,55
07.895.082/0001-29	220,95
07.895.082/0001-29	660,95
07.895.087/0001-51	17.107,84
07.895.087/0001-51	220,41
07.895.087/0001-51	97,11
07.895.087/0001-51	320,08
07.895.087/0001-51	911,93
07.897.902/0001-11	433,11

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
07.897.902/0001-11	981,82
07.928.916/0001-55	24.826,70
07.928.916/0001-55	161.857,55
07.928.916/0001-55	901,00
07.928.916/0001-55	9.014,95
07.928.916/0001-55	50.099,98
07.928.916/0001-55	346,90
07.928.916/0001-55	11.144,01
07.928.916/0001-55	3.549,28
07.928.916/0001-55	36.355,02
07.928.916/0001-55	9.150,79
07.928.916/0001-55	5.215,85
07.928.916/0001-55	2.865,89
07.928.916/0001-55	67.250,71
07.928.916/0001-55	65.813,47
07.928.916/0001-55	25.431,33
07.928.916/0001-55	8.909,29
07.928.916/0001-55	2.540,11
07.928.916/0001-55	2.067,20
07.928.916/0001-55	102.046,10
07.928.916/0001-55	325.393,26
07.928.916/0001-55	10.755,93
07.928.916/0001-55	53.333,73
07.928.916/0001-55	61.618,64
07.928.916/0001-55	2.259,52
07.928.916/0001-55	150,79
07.928.916/0001-55	4.815,80
07.928.916/0001-55	5.229,10
07.928.916/0001-55	2.049,77
07.928.916/0001-55	3.305,79

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
07.928.916/0001-55	7.277,51
07.928.916/0001-55	58.946,24
07.928.916/0001-55	41.978,69
07.928.916/0001-55	873,62
07.928.916/0001-55	2.949,46
07.928.916/0001-55	4.769,41
07.928.916/0001-55	80.712,67
08.170.146/0001-97	462,38
08.170.146/0001-97	1.091,40
09.087.314/0001-48	3.172,36
09.087.314/0001-48	84,56
09.087.314/0001-48	186,14
09.087.314/0001-48	86,13
09.087.314/0001-48	261,03
09.087.314/0001-48	497,37
09.087.708/0001-04	50.693,18
09.087.708/0001-04	3.312,92
09.087.708/0001-04	8.509,08
09.087.708/0001-04	1.956,64
09.087.708/0001-04	6.057,77
09.087.708/0001-04	5.170,63
09.087.708/0001-04	3.139,16
09.125.491/0001-71	19.817,09
09.344.955/0001-30	6.631,34
09.344.955/0001-30	53,58
09.344.955/0001-30	113,67
09.344.955/0001-30	673,38
09.344.955/0001-30	1.156,12
09.344.955/0001-30	6.637,17
09.344.955/0001-30	2.983,91

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
09.344.955/0001-30	317,07
09.344.955/0001-30	22.480,04
09.344.955/0001-30	153,29
09.344.955/0001-30	6.171,98
09.344.955/0001-30	16.207,81
09.344.955/0001-30	138,07
09.344.955/0001-30	343,72
09.344.955/0001-30	3.164,50
09.344.955/0001-30	14.459,03
09.344.955/0001-30	3.527,78
09.344.955/0001-30	124,17
09.344.955/0001-30	4.172,52
09.344.955/0001-30	14.486,11
10.263.584/0001-41	16.990,43
10.263.584/0001-41	13.512,77
10.263.584/0001-41	17.452,31
10.263.584/0001-41	182,27
10.263.584/0001-41	1.500,94
10.263.584/0001-41	3.896,07
10.263.584/0001-41	51.863,90
10.263.584/0001-41	8.965,10
10.263.584/0001-41	15.843,95
10.263.584/0001-41	22.506,15
10.263.584/0001-41	3.061,82
10.263.584/0001-41	89,19
10.263.584/0001-41	8.239,18
10.263.584/0001-41	8.136,79
10.263.584/0001-41	6.378,91
10.263.584/0001-41	2.515,62
10.263.584/0001-41	1.179,39

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
10.263.584/0001-41	37.683,84
10.263.584/0001-41	373,33
11.419.818/0001-60	116.381,67
11.419.818/0001-60	25.439,48
12.029.811/0001-02	13.333,43
12.029.811/0001-02	621,33
12.029.811/0001-02	2.301,19
12.029.811/0001-02	564,51
12.029.811/0001-02	430,74
12.029.811/0001-02	0,70
13.028.336/0001-04	26.162,96
13.028.336/0001-04	664,23
13.028.336/0001-04	32.791,93
13.028.336/0001-04	570,12
13.028.336/0001-04	8.486,70
13.028.336/0001-04	5.759,11
13.028.336/0001-04	32.901,36
13.028.336/0001-04	14.962,06
13.028.336/0001-04	3.964,83
13.028.336/0001-04	113.196,48
13.028.336/0001-04	17.595,30
13.028.336/0001-04	1.937,30
13.028.336/0001-04	77.577,20
13.028.336/0001-04	241.196,71
13.028.336/0001-04	8.078,04
13.028.336/0001-04	20.691,32
13.028.336/0001-04	64.882,17
13.028.336/0001-04	1.532,30
13.028.336/0001-04	495,98
13.028.336/0001-04	4.274,85
13.028.336/0001-04	12.687,21

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
13.028.336/0001-04	1.561,23
13.028.336/0001-04	51.808,12
13.028.336/0001-04	87.041,99
13.028.336/0001-04	84.675,04
13.028.340/0001-72	6.458,89
13.028.340/0001-72	16.425,31
13.028.340/0001-72	226,32
13.028.340/0001-72	3.465,79
13.028.340/0001-72	13.227,06
13.028.340/0001-72	8.946,87
13.028.340/0001-72	45.264,28
13.028.340/0001-72	5.649,22
13.028.340/0001-72	16.153,41
13.028.340/0001-72	1.531,82
13.028.340/0001-72	396,66
15.477.891/0001-49	2.758,57
15.477.891/0001-49	7.147,65
15.477.891/0001-49	1.136,53
15.477.891/0001-49	20.558,95
15.477.891/0001-49	2.277,92
15.477.891/0001-49	1.239,07
20.147.499/0001-71	5.789,46
20.147.499/0001-71	45,55
20.147.499/0001-71	827,98
20.147.499/0001-71	148,61
20.147.499/0001-71	784,45
20.147.499/0001-71	294,76
20.147.499/0001-71	103,33
20.355.007/0001-33	5.382,79
20.355.007/0001-33	35.964,81
20.355.007/0001-33	207,05

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
20.355.007/0001-33	7.008,56
20.355.007/0001-33	11.047,56
20.355.007/0001-33	87,69
20.355.007/0001-33	2.479,16
20.355.007/0001-33	800,96
20.355.007/0001-33	8.331,74
20.355.007/0001-33	2.035,65
20.355.007/0001-33	1.160,90
20.355.007/0001-33	636,87
20.355.007/0001-33	52.290,81
20.355.007/0001-33	14.348,17
20.355.007/0001-33	5.649,20
20.355.007/0001-33	1.924,30
20.355.007/0001-33	564,80
20.355.007/0001-33	435,77
20.355.007/0001-33	22.272,08
20.355.007/0001-33	72.302,29
20.355.007/0001-33	1.950,49
20.355.007/0001-33	6.726,09
20.355.007/0001-33	13.399,14
20.355.007/0001-33	404,15
20.355.007/0001-33	46,71
20.355.007/0001-33	1.321,02
20.355.007/0001-33	2.004,30
20.355.007/0001-33	2.302,49
20.355.007/0001-33	1.796,61
20.355.007/0001-33	1.017,44
20.355.007/0001-33	1.130,96
20.355.007/0001-33	455,77
20.355.007/0001-33	2.570,58
20.355.007/0001-33	3.388,63

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
20.355.007/0001-33	12.985,21
20.355.007/0001-33	9.000,38
20.355.007/0001-33	190,15
20.355.007/0001-33	2.293,39
20.355.007/0001-33	2.236,75
20.355.007/0001-33	17.915,38
20.355.082/0001-02	2.607,14
20.355.082/0001-02	17.995,44
20.355.082/0001-02	408,65
20.355.082/0001-02	3.919,55
20.355.082/0001-02	1.022,94
20.355.082/0001-02	582,06
20.355.082/0001-02	318,69
20.355.082/0001-02	7.486,34
20.355.082/0001-02	7.001,53
20.355.082/0001-02	2.825,58
20.355.082/0001-02	927,18
20.355.082/0001-02	283,17
20.355.082/0001-02	202,89
20.355.082/0001-02	10.884,28
20.355.082/0001-02	36.187,78
20.355.082/0001-02	1.879,30
20.355.082/0001-02	6.604,61
20.355.082/0001-02	6.515,71
20.355.082/0001-02	377,34
20.355.082/0001-02	22,00
20.355.082/0001-02	622,58
20.355.082/0001-02	280,92
20.355.082/0001-02	956,24
20.355.082/0001-02	853,76
20.355.082/0001-02	475,22

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
20.355.082/0001-02	545,94
20.355.082/0001-02	228,06
20.355.082/0001-02	367,60
20.355.082/0001-02	779,51
20.355.082/0001-02	6.423,85
20.355.082/0001-02	4.292,63
20.355.082/0001-02	92,59
20.355.082/0001-02	327,56
20.355.082/0001-02	529,81
20.355.082/0001-02	8.963,73
23.611.241/0001-72	8.639,42
23.731.629/0001-07	4.834,40
23.731.629/0001-07	6.958,04
23.731.629/0001-07	3.255,43
23.731.629/0001-07	1.995,52
23.872.691/0001-19	381,71
23.872.691/0001-19	29,78
23.872.691/0001-19	65,87
23.872.691/0001-19	5,59
23.872.691/0001-19	624,66
23.872.691/0001-19	9,03
23.872.691/0001-19	13,63
23.872.753/0001-92	15,58
23.872.753/0001-92	62,32
23.872.753/0001-92	45,64
23.872.753/0001-92	25,59
23.872.753/0001-92	124,45
23.872.928/0001-61	210,65
23.872.928/0001-61	14,81
23.872.928/0001-61	36,18

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
23.872.928/0001-61	9,41
23.872.928/0001-61	22,28
23.872.937/0001-52	19,75
23.872.937/0001-52	46,71
23.872.937/0001-52	46,71
23.872.937/0001-52	17,29
25.306.641/0001-08	10.938,84
25.306.641/0001-08	71.955,46
25.306.641/0001-08	387,66
25.306.641/0001-08	3.990,13
25.306.641/0001-08	22.206,43
25.306.641/0001-08	161,76
25.306.641/0001-08	4.954,82
25.306.641/0001-08	1.586,30
25.306.641/0001-08	15.770,12
25.306.641/0001-08	4.067,82
25.306.641/0001-08	2.319,60
25.306.641/0001-08	1.273,81
25.306.641/0001-08	29.892,53
25.306.641/0001-08	29.054,32
25.306.641/0001-08	11.304,59
25.306.641/0001-08	92.245,09
25.306.641/0001-08	3.920,25
25.306.641/0001-08	1.132,12
25.306.641/0001-08	901,95
25.306.641/0001-08	45.067,35
25.306.641/0001-08	144.601,56
25.306.641/0001-08	27.177,75
25.306.641/0001-08	66,60
25.306.641/0001-08	2.491,06

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
25.306.641/0001-08	1.122,45
25.306.641/0001-08	4.996,65
25.306.641/0001-08	3.683,94
25.306.641/0001-08	2.102,81
25.306.641/0001-08	2.301,99
25.306.641/0001-08	911,20
25.306.641/0001-08	1.469,34
25.306.641/0001-08	3.174,37
25.306.641/0001-08	26.125,66
25.306.641/0001-08	18.423,86
25.306.641/0001-08	385,45
25.306.641/0001-08	1.310,70
25.306.641/0001-08	2.119,47
25.306.641/0001-08	35.947,51
28.077.914/0001-70	4.886,75
28.077.914/0001-70	16.717,48
28.077.914/0001-70	1.022,84
28.280.963/0001-05	10.940,99
28.280.963/0001-05	71.948,95
28.280.963/0001-05	405,42
28.280.963/0001-05	4.009,09
28.280.963/0001-05	22.204,42
28.280.963/0001-05	161,79
28.280.963/0001-05	4.954,82
28.280.963/0001-05	1.586,61
28.280.963/0001-05	16.342,42
28.280.963/0001-05	122.192,54
28.280.963/0001-05	3.921,02
28.280.963/0001-05	1.130,42
28.280.963/0001-05	902,13
28.280.963/0001-05	45.076,21

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
28.280.963/0001-05	144.629,90
28.280.963/0001-05	27.183,08
28.280.963/0001-05	76,47
28.280.963/0001-05	2.580,48
28.280.963/0001-05	1.148,98
28.280.963/0001-05	4.997,58
28.280.963/0001-05	3.685,32
28.280.963/0001-05	2.103,24
28.280.963/0001-05	2.302,45
28.280.963/0001-05	911,20
28.280.963/0001-05	1.469,63
28.280.963/0001-05	3.222,95
28.280.963/0001-05	26.122,28
28.280.963/0001-05	18.427,49
28.280.963/0001-05	385,53
28.280.963/0001-05	1.310,96
28.280.963/0001-05	2.119,88
28.280.963/0001-05	35.893,50
22.282.992/0001-20	21.452,77
22.773.440/0001-14	651,60
22.773.440/0001-14	34,23
22.773.440/0001-14	112,45
22.773.440/0001-14	106,98
22.773.440/0001-14	1.870,06
22.773.440/0001-14	117,57
22.773.440/0001-14	259,05
19.452.065/0001-04	5.112,30
19.452.065/0001-04	4.645,89
19.452.065/0001-04	8.790,40
19.452.065/0001-04	10.883,93
19.452.065/0001-04	2.664,78

III - Investimentos

3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	6.663.001,33
19.831.126/0001-36	2.836,04
19.831.126/0001-36	636,03
26.370.009/0001-88	2.465,85
26.370.009/0001-88	86,32
26.370.009/0001-88	74,36
26.370.009/0001-88	44,85
26.370.009/0001-88	179,96
26.370.039/0001-94	382,28
26.370.039/0001-94	26,87
26.370.039/0001-94	65,66
26.370.039/0001-94	65,17
26.370.039/0001-94	40,44
26.370.039/0001-94	66,28
26.370.039/0001-94	124,31
17.036.289/0001-00	6.480,41
17.036.289/0001-00	9.602,93
17.036.289/0001-00	113,44
17.036.289/0001-00	1.144,34
17.036.289/0001-00	706,38
17.073.556/0001-00	1.053,67
17.073.556/0001-00	5.753,29
17.073.556/0001-00	2.881,02
14.097.514/0001-11	562.121,45
14.097.514/0001-11	131.676,08

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

III - Investimentos

4. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2017

ENTIDADE: 3126-IFM

PLANO DE BENEFÍCIOS: 2007001756-PLANO DE APOSENTADORIA STORA ENSO PREV

DATA DE GERAÇÃO: 05/03/2018 14:31:27

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	25.272.824,17
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	25.272.824,17
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	5.998,42
Depósitos:	5.998,23
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,19
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	25.266.825,74
20.355.082/0001-02	909.858,83
20.355.007/0001-33	6.384.469,49
07.928.916/0001-55	8.212.187,94
25.306.641/0001-08	3.634.820,48
28.280.963/0001-05	3.652.086,30
09.344.955/0001-30	48.815,95
20.355.082/0001-02	87.645,29
13.028.336/0001-04	605.088,76
20.355.007/0001-33	188.614,59
07.928.916/0001-55	820.769,57
25.306.641/0001-08	353.148,00
28.280.963/0001-05	369.320,49

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional - Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial - Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (\$ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

IV - Outras Informações

1. Parecer Atuarial

1 - Introdução

Na qualidade de Atuários responsáveis pelo Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, inscrito no CNPB sob o nº 2007.0017-56, patrocinado pela Stora Enso Arapoti Industria de Papel S.A. e administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM e, atendendo à legislação aplicável em vigor, preparamos este Parecer Atuarial com os principais elementos envolvidos no processo de Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2017.

O Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev encontra-se ativo e está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005. Não obstante as características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e concessão dos benefícios programados e não programados, este Plano inclui os elementos de Benefício Definido oriundos do plano anterior de aposentadoria, que são:

- Benefício Proporcional Diferidos dos Participantes Vinculados
- Benefício de Renda Mensal Vitalícia aos Assistidos

2 - Dados dos Participantes

Os dados individuais, posicionados na data base de 31/08/2017 foram fornecidos pelo Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM à Lockton Consultoria que após a aplicação de testes apropriados de consistência e realização dos ajustes necessários em conjunto com o Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM, considerou-os apropriados para fins desta Avaliação Atuarial.

Destacamos que a responsabilidade dos dados utilizados nesta Avaliação Atuarial são da Entidade e Patrocinadoras, eximindo-se assim a Lockton Consultoria de quaisquer prejuízos e alterações mediante erros e omissão decorrentes da informação fornecida. A seguir apresentamos as estatísticas do plano avaliado.

Participantes Ativos

	Agosto/2017
Número de Participantes	242
Idade Média (anos)	41
Tempo de Serviço Médio (anos)	15
Tempo de Contribuição Futura (anos)	12
Salário Médio	4.506
Folha Anual Salarial (x13)	R\$ 14.174.388

Benefício Proporcional Diferido Optantes e Presumidos

	Agosto/2017
Número de Participantes	29
Idade Média (anos)	47

Participantes Assistidos – Renda Mensal Vitalícia

	Agosto/2017
Aposentados	
Número de Participantes	8
Idade Média	63
Benefício Médio	2.450
Folha Anual Benefícios (x 13)	254.797
Pensionistas	
Número de Participantes	1
Idade Média	56
Benefício Médio	2.295
Folha Anual Benefícios (x 13)	29.835
Folha Anual Total	284.632

Participantes Assistidos – Renda Financeira

	Agosto/2017
Número de Participantes	5
Idade Média	62
Benefício Médio	1.883
Folha Anual Benefícios (x 13)	122.368

3 - Hipóteses e Métodos atuariais

Hipóteses Atuariais e Financeiras

As principais hipóteses e métodos atuariais utilizados na apuração do Exigível Atuarial, Provisões e Fundos do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev em 31/12/2017 foram as seguintes:

Hipóteses	2017
Taxa Real Anual de Juros	4,40%
Indexador Inflacionário	INPC
Fator de Capacidade (Salário e Benefício)	0,98
Crescimento Salarial Real	Não Aplicável

IV - Outras Informações

1. Parecer Atuarial

Hipóteses	2017
Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% e segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	Não Aplicável
Rotatividade	Não Aplicável
Entrada em Invalidez	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	Não Aplicável

As premissas utilizadas nesta Avaliação Atuarial são as mesmas do ano de 2016, exceto a taxa de juros que foi alterada conforme estudo realizado em atendimento a Instrução Normativa nº 23, de 26/06/2015. Os estudos técnicos em atendimento a Resolução CGPC n018, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC n09, de 29/11/2012, que fundamentam tais premissas encontram-se arquivados na Entidade e disponível aos participantes, Patrocinadora e Previc.

Taxa Real de Juros

Taxa de Juros Parâmetro

Considerando os cálculos atuariais efetuados para fins da Avaliação Atuarial de 31/12/2016, a duração do passivo atuarial, calculada de acordo com a Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, corresponde a 12,47 anos. Aplicando-se os valores que constam do anexo da Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017 para 12 anos obtém-se a taxa de juros parâmetro de 6,25%, cujos limites inferior e superior de são 4,37% e 6,65%, respectivamente.

Conforme estudo técnico elaborado e aprovação do Conselho foi alterada a taxa de juros de 4,60% a.a. para 4,40% a.a. Essa alteração acarretou perda de R\$ 85.843,46 nas provisões técnicas de benefício definido. Com base nos elementos expostos acima, entendemos que a adoção da taxa real anual de juros de 4,40% para fins dos cálculos dos compromissos atuariais existentes no Plano é adequada, além de atender aos limites impostos pela legislação em vigor.

Métodos Atuariais

Os métodos atuariais utilizados na apuração do Exigível Atuarial, Provisões e Fundos do Plano foram os seguintes:

- Benefícios estruturados como Benefício Definido: uma vez que os benefícios referem-se a rendas vitalícias oriundas do Plano Anterior, não se aplica método de financiamento
- Benefícios estruturados como Contribuição Definida: Capitalização Financeira Individual

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta Avaliação Atuarial são apropriados e atendem ao disposto na legislação aplicável em vigor, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de Plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Principais riscos atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão nas premissas:

- Taxa de juros
- Mortalidade Geral

4 - Posição do Exigível Atuarial, Provisões e Fundos

A seguir, apresentamos o quadro com a composição do Exigível Atuarial, Provisões e Fundos do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, mantido junto ao Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM, em 31/12/2017:

Código	Nome da Conta	31/12/2017
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	25.278.578,98
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	25.243.083,09
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	25.749.049,74
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	9.484.756,67
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	5.106.228,75
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	5.106.228,75
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	4.378.527,92
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	3.871.898,64
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados Assistidos	506.629,28
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	16.716.960,16
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	14.649.037,99
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	7.781.691,51
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	6.867.346,48
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.067.922,17
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual Dos Benefícios Futuros Programados	2.067.922,17
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00

IV - Outras Informações

1. Parecer Atuarial

Código	Nome da Conta	31/12/2017
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisão Matemática a Constituir	452.667,09
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - ano de 2016	261.038,66
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - ano de 2016	261.038,66
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - ano de 2016	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - ano de 2016	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - ano de 2017	191.628,43
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - ano de 2017	191.628,43
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - ano de 2017	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - ano de 2017	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	-505.966,65
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-505.966,65
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-505.966,65
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	35.495,89
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	17.494,13
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	17.494,13
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	18.001,76
2.3.2.2.01.00.00	Plano de Gestão Administrativa	18.001,76
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	0,00

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se o regulamento vigente do plano em 31 de dezembro de 2017, bem como os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pelo IFM à Lockton Consultoria, incluindo os saldos dos Fundos Previdencial e Administrativo.

Ajuste de Precificação

Conforme a legislação aplicável em vigor, a partir da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, passou a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O plano não mantém títulos atrelados a índices de preços classificados "mantidos até o vencimento" com objetivo de cobertura aos benefícios com custeio atuarial, desta forma não se aplica o ajuste de precificação.

Variação das Provisões Matemáticas

Benefícios Concedidos

A evolução na variação da provisão matemática se apresentou dentro do esperado considerando juros, inflação e benefícios pagos.

Benefícios a Conceder

A parcela correspondente aos saldos de contas evoluiu de acordo com as contribuições efetuadas pelos Participantes e pela Patrocinadora, além da rentabilidade auferida de acordo com a variação da quota da carteira de Investimento definida pelo Plano.

A parcela correspondente aos Participantes Vinculados com Benefício Diferido apresentou evolução dentro do esperado, considerando o ajuste efetuado na hipótese de taxa de juros.

Situação Financeira do Plano

Considerando-se o valor dos compromissos relacionados aos Benefícios Definidos (Benefícios e Concedidos e Benefícios a Conceder) em 31/12/2017, o Plano encontra-se deficitário.

Com base na análise dos documentos disponibilizados, pressupõe-se que a constituição desse déficit é resultante, predominantemente, da rentabilidade obtida nos últimos anos não ter atingido a meta atuarial do Plano, eventualmente mitigado por ganhos atuariais decorrentes do envelhecimento e/ou alteração no perfil dos Participantes.

Conforme determina a legislação em vigor (Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015), este valor foi subdividido nas seguintes rubricas.

- Déficit Equacionado 2016: R\$ 261.038,66
- Déficit Técnico Acumulado: R\$ 697.595,08
- Déficit Total: R\$ 958.633,74

IV - Outras Informações

1. Parecer Atuarial

O valor alocado na rubrica “Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado” foi informado pelo IFM e vem sendo financiado por Contribuições Extraordinárias da Patrocinadora, conforme o Plano de Equacionamento elaborado em 2017.

O montante encontrado no “Equilíbrio Técnico - Déficit Técnico Acumulado” (R\$ 697.595,08) corresponde a 11,3% das Provisões Matemáticas com características de benefício definido, já deduzidas da parcela registrada em “Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado”. Este percentual está acima do limite máximo a ser registrado na referida rubrica, nos termos da Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, que estabelece o “Limite de Déficit Técnico Acumulado” correspondente a $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, conforme demonstrado a seguir:

- Duração do Passivo : 12,18 anos
- Limite de Déficit Técnico Acumulado (%) : 8,18% [$1\% \times (\text{duração do passivo} - 4)$]
- Provisão Matemática ⁽¹⁾ : R\$ 6.185.411,43
- Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$) : R\$ 505.966,65

Nota:

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas com características de benefício definido, já deduzidas da parcela registrada em “Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado”

Assim, para este exercício o valor excedente ao limite técnico da legislação de R\$ 191.628,43 foi lançado na rubrica “Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado 2017”, o qual deverá ser equacionado conforme plano de custeio a seguir.

Cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Inicialmente cabe esclarecer que Provisão Matemática de Benefícios Concedidos tem prioridade na cobertura pelo patrimônio do plano, uma vez que o benefício dos participantes assistidos constitui direito adquirido. Direito adquirido é aquele que a lei considera definitivamente integrado ao patrimônio de seu titular.

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, no parágrafo único do artigo 68, os benefícios serão considerados direito adquirido do participante quando implementadas todas as condições estabelecidas para elegibilidade consignadas no regulamento do plano.

Ademais, verifica-se a existência de prioridade às pessoas acima de acordo com a Lei nº 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, na tramitação de procedimentos administrativos, conforme determina o artigo 69-A da, transcrito a seguir para rápida referência:

“Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.”

Todavia, considerando que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar não estão sujeitas a falência, esclarecemos que o Artigo 50 da própria Lei Complementar nº 109/2001 trata da ordem de preferência no recebimento do crédito na hipótese específica de liquidação extrajudicial:

“Art. 50. O liquidante organizará o quadro geral de credores, realizará o ativo e liquidará o passivo.

§ 1º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios ficam dispensados de se habilitarem a seus respectivos créditos, estejam estes sendo recebidos ou não.

§ 2º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios terão privilégio especial sobre os ativos garantidores das reservas técnicas e, caso estes não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas ao ativo.

§ 3º Os participantes que já estiverem recebendo benefícios, ou que já tiverem adquirido este direito antes de decretada a liquidação extrajudicial, terão preferência sobre os demais participantes.”

Assim, o parágrafo 3º do artigo 50 da LC 109/2001 disciplina com clareza que o direito dos assistidos e dos elegíveis a benefício prevalece sobre o dos demais participantes no caso de liquidação extrajudicial. Em que pese o dispositivo trate da hipótese de liquidação extrajudicial, caso este bastante extremo, esta ordem de preferência, além de fazer todo o sentido técnico, pode ser utilizada por analogia para o caso em tela, tendo em vista se tratar de norma específica, ainda que esta silencie sobre o tema em particular.

Desta maneira concluímos que as Provisões Matemática de Benefícios Concedidos encontram-se plenamente cobertas pelo patrimônio do plano.

Natureza do resultado

O déficit apresentado decorre principalmente da redução promovida na hipótese de taxa de juros, além da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado por perdas atuariais e rendimento abaixo da meta atuarial (origem conjuntural).

5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2018

Para o exercício de 2018, os Participantes e a Patrocinadora efetuarão contribuições de acordo com o Regulamento do Plano. Tomando-se por base o cenário observado na data base dos dados e os respectivos ajustes para a Data da Avaliação Atuarial, essas contribuições foram estimadas nas seguintes bases:

Item	2018	
	R\$ mil Anual	% Folha Salarial
Patrocinadora	512	3,62%
Geral + Normal	476	3,36%
Contribuição Extraordinária (Equacionamento 2016)	21	0,15%
Contribuição Extraordinária (Equacionamento 2017)	15	0,11%
Participantes	238	1,68%
Básica	238	1,68%
Total Geral	750	5,30%

IV - Outras Informações

1. Parecer Atuarial

Evolução dos custos

O valor das contribuições definidas foi calculado com base nos dados disponibilizados pelo Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM e pela patrocinadora, considerando as disposições regulamentares vigentes.

Equacionamento do Déficit

Para fins de apuração do limite de déficit técnico, apresentamos a abertura das provisões matemáticas entre as parcelas com características de contribuição definida e benefício definido em 31/12/2017:

Detalhamento do Déficit	Valores em R\$
Provisões Matemáticas - Benefício Definido	6.185.411,43
Benefícios Concedidos BD	4.378.527,92
Benefícios a Conceder BD	2.067.922,17
Provisões a Constituir	261.038,66
Patrimônio de cobertura BD	5.487.816,35
Déficit Técnico	-697.595,08

Desta maneira, verifica-se o seguinte limite, bem como valor mínimo a ser equacionado, apurado em 31/12/2017.

Limite do Déficit	31/12/2017
Déficit Técnico em percentual das Provisões Matemáticas - BD	-11,28%
Duração do passivo (anos)	12,18
Provisões Matemáticas - Benefício Definido (R\$)	6.185.411,43
Limite do Déficit Técnico (%)	8,18%
Limite do Déficit Técnico (R\$)	505.966,65

Déficit mínimo a equacionar	Valores em R\$
Déficit Técnico	697.595,08
Limite do Déficit Técnico	505.966,65
Déficit a equacionar	191.628,43

A amortização linear utilizando-se a taxa de juros real de 4,40%a.a., com base em anuidades financeiras. O prazo, bem como o montante a ser equacionado tiveram como objetivo observar a preservação da liquidez e solvência do plano.

Itens	Amortização
Taxa anual real de juros	4,40%
Duração do Passivo	12,18
Déficit Equacionado	191.628,43
Prazo de amortização	18,27
Anuidade amortização	12,9231
Contribuição Extraordinária anual (R\$) – Equacionamento 2017	14.828

As despesas administrativas serão custeadas na forma acordada pela Patrocinadora com o Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM. Os recursos existentes no Fundo Administrativo poderão ser utilizados pela Patrocinadora para financiar, total ou parcialmente, essas despesas.

Os recursos existentes no Fundo Previdencial poderão ser utilizados pela Patrocinadora para custear, total ou parcialmente, as despesas de natureza previdencial e/ou administrativa de sua responsabilidade, na medida da efetiva disponibilidade de recursos naquele Fundo. Recomenda-se que o Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM, em conjunto com a Patrocinadora, efetue os competentes processos operacionais no sentido de efetuar a reversão da parcela cabível do saldo de Patrocinadora nos casos de Participantes desligados.

Em função da modalidade do Plano, os valores e respectivos percentuais de custeio relacionados aos elementos de Contribuição Definida que são demonstrados neste Parecer Atuarial têm caráter meramente estimativo, podendo sofrer alterações ao longo do próximo exercício, em função de alterações salariais de caráter individual, movimentação de Participantes ou alteração nos percentuais de contribuições por parte dos Participantes.

O Plano de Custeio passará a vigorar a partir de 01/04/2018 e vigorará por 1 ano ou até que seja procedida uma nova Avaliação Atuarial, caso esta ocorra em prazo anterior.

6 - Conclusão

Na qualidade de Atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria Stora Enso Prev, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado-IFM, certificamos que no momento desta Avaliação Atuarial o Plano encontra-se financeiramente deficitário. O déficit encontra-se acima do limite previsto na legislação, sendo previsto um plano de equacionamento por meio das Contribuições Extraordinárias demonstradas neste Parecer Atuarial. É necessário que as Patrocinadoras efetuem as contribuições indicadas no Plano de custeio para fins de manutenção do equilíbrio do Plano.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018

Mariana de Azevedo Mitzakoff
Atuária da Lockton Consultoria
Membro 1.188 do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA)

Mariana Corrêa Luz
Atuária da Lockton Consultoria
Membro 2.492 do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA)

IV - Outras Informações

2. Parecer do Conselho Fiscal

“PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTROLES INTERNOS

DATA-BASE 31.12.2017

Os Conselheiros Fiscais do ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da Entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução CGPC 13/04. Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2017, baseando-se nos estudos técnicos de aderência, nas informações contábeis e de controles internos da Entidade e no Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Entidade às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais;
- III. adequação da execução orçamentária;
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações;

Com base nos documentos apresentados o Conselho Fiscal concluiu que:

(i) a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios está em conformidade com as normas em vigor e com as políticas de investimentos;

(ii) as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios relativamente:

à taxa real de juros: considerando os estudos de aderência elaborados pelas consultorias atuariais responsáveis pelos planos, concluiu-se que a premissa taxa real anual de juros está aderente aos respectivos planos;

à taxa de crescimento real de salários: com base na manifestação das patrocinadoras, e nos estudos de aderência desenvolvidos pelas consultorias atuariais na ocasião da avaliação atuarial de encerramento de 2017, conclui-se que as taxas de crescimento real de salário adotadas estão adequadas à característica da massa de participantes;

à rotatividade: considerando-se que no período analisado as ocorrências se apresentaram em geral acima do esperado, a manifestação por escrito das patrocinadoras e que a adoção desta hipótese tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, conclui-se que a premissa está aderente a massa de participantes dos planos, entretanto, recomenda-se manter o acompanhamento/revisão periódica e sistemática desta premissa;

à mortalidade de inválidos: tendo em vista que não há amostragem suficiente para ser analisada e considerando-se o baixo impacto desta premissa nos cálculos atuariais, recomenda-se manter o acompanhamento dessa premissa;

à tábua de mortalidade geral: verifica-se que na maior parte dos casos a mortalidade ficou abaixo do esperado. Considerando-se a modalidade dos planos, os desvios, em números absolutos, têm pouca representatividade em relação a massa total do plano, e os estudos de aderência elaborados pela consultoria atuarial, conclui-se pela aderência desta premissa;

à tábua de entrada em invalidez: verifica-se que houve ocorrência de entrada em invalidez abaixo do esperado. Considerando a reduzida massa de participantes expostas, que esta premissa tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, e o estudo de aderência vigente conclui-se pela

aderência da premissa;

ao fator de capacidade: considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomenda-se manter o acompanhamento sistemático e periódico desta premissa;

à projeção de crescimento real dos benefícios dos planos: com base no exposto, conclui-se que a premissa está aderente ao estudo de aderência no caso do plano EmersonPrev, e aos regulamentos dos planos de benefícios, nos demais casos;

à hipótese sobre a composição de família de pensionista: considerando-se as premissas utilizadas pelas consultorias atuariais para os participantes ativos, e que para os assistidos adota-se a composição familiar efetiva, conclui-se que a premissa está aderente às características dos planos e à massa de participantes, e recomenda-se sua utilização.

(iii) Considerando que os gastos com despesas administrativas se situaram dentro do orçamento previsto, e que as oscilações acima da meta não comprometeram o orçamento global, conclui-se que a execução orçamentária de 2017 foi efetuada de forma adequada; e

(iv) os controles internos existentes respondem satisfatoriamente aos riscos inerentes às operações da Entidade.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que proceda aos acompanhamentos recomendados nos itens específicos e encaminhe o presente relatório ao Conselho Deliberativo do Itaú Fundo Multipatrocinado, para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas. São Paulo (SP), 22 de março de 2018. (aa) Marcelo de Carvalho Carvalhaes – Presidente Suplente; Rodrigo Bergame Ueno – Conselheiro Suplente.”

“PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais por planos de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.17, baseados nos estudos técnicos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres das consultorias atuariais e dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal do ITAÚ FUNDO MULTIPATROCINADO concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2017, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. São Paulo (SP), 22 de março de 2018. (aa) Marcelo de Carvalho Carvalhaes – Presidente Suplente; Rodrigo Bergame Ueno – Conselheiro Suplente.”

São Paulo (SP), 22 de março de 2018.

Marcelo de Carvalho Carvalhaes
Presidente Suplente

Rodrigo Bergame Ueno
Conselheiro Suplente

Itaú fundo
multipatrocinado

Fale Conosco:

4004-4509 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 722 4509 (demais localidades)